



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020

GED Nº 20.08.1312.0000007/2020-06 (PGJ Nº 1797/2019)

Torna-se público que o Ministério Público do Estado de Alagoas, por meio da Seção de Licitações, sediado na Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço – Maceió/AL, CEP 57.025-400, inscrito no CNPJ sob o nº 12.472.734/0001-52, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Ato Normativo PGJ nº 06, de 29 de agosto de 2005, do Ato Normativo PGJ nº 11, de 07 de dezembro de 2005, do Ato PGJ nº 01, de 8 de janeiro de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, o Decreto Estadual nº 68.118, de 31 de outubro de 2019, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Período de acolhimento de propostas: 19/05/2020 a 01/06/2020, 08h00

Sessão de lances: 01/06/2020, 09h00

Local: www.licitacoes-e.com.br

Identificador: 815280

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o registro de preços da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de links de acesso, compostos por link dedicado de acesso à internet e links ponto a ponto de interligação para conexão da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas (Sede) com os prédios das promotorias de justiça da Capital (Barro Duro), Centro de Apoio Operacional – CAOP (Farol), Empresarial 203 Offices (Farol) e o do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (Centro), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 10 (dez) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador, bem como as eventuais adesões são as que constam da minuta da Ata de Registro de Preços.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico (Licitações-e).

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoa intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no sítio eletrônico www.licitacoes-e.com.br.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema eletrônico (Licitações-e) e mantê-los atualizados junto aos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam cadastradas e habilitadas perante o sistema eletrônico provido pelo Banco do Brasil, por meio do sítio eletrônico www.licitacoes-e.com.br.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

- 4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.2.8 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).
- 4.2.8.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017 – TCU – Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.
- 4.2.9 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 4.3. Nos termos do art. 3º da Resolução nº 37, de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, é vedada a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.
- 4.4. Nos termos do art. 4º da Resolução nº 37, de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja parente até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores do órgão contratante, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.

5. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006

- 5.1. Para aplicação do tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123, de 2006, as licitantes deverão apresentar Declaração conforme modelo constante do Anexo



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

VIII;

5.2. São consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte aquelas que atendam aos requisitos do Art. 3º e §§ da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. Nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, considera-se receita bruta o equipamento da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos;

5.4. No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite de valor para fins de enquadramento será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses (art. 3º, §2º, da Lei Complementar nº 123, de 2006);

5.5. Para fins de determinação da receita bruta auferida, poderá ser considerado o regime de competência ou de caixa, mantido o critério para todo o ano-calendário (art. 4º, § 2º, da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF nº 608, de 9 de janeiro de 2006);

5.6. Não se poderá beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, aquelas que se enquadram no rol do Art. 3º, § 4º, da referida Lei.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

6.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, pelos e-mails cpl@mpal.mp.br e mpal.licitacoes@gmail.com.

6.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

6.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

6.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

6.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

elaboração do edital e dos anexos.

6.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1 Valor unitário e total do item e do grupo;

8.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

8.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

8.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
- 9.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.
- 9.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.
- 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.000,00 (mil reais).
- 9.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

- 9.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 9.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 9.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.25.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

9.25.1.1 prestados por empresas brasileiras;

9.25.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.25.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

9.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

9.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 20 do Decreto Estadual n.º 68.118/2019. (OU ATO NORMATIVO NOVO DO MP)

10.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

10.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

10.4. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

10.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

10.5.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

10.5.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

10.5.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

10.5.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n. 1455/2018 – TCU – Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

10.5.4.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

que:

10.5.4.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5.4.1.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

10.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.8.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.9.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.9.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

10.10. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

custos especificados e a margem de lucro pretendida.

10.11. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação, se for o caso;

10.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

10.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.17 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

11.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.2.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

11.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.2.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

11.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 37, §3º, do Decreto Estadual nº 68.118, de 2019.

11.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

11.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.7. Ressalvado o disposto no item 7.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.8 Habilitação jurídica:

11.8.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.8.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

11.8.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.8.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

11.8.7 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

11.8.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

11.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.9.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

11.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.10 Qualificação Econômico-Financeira:

11.10.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

11.10.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.10.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

11.10.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

11.10.2.3 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

11.10.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

11.10.4 As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

11.11. Qualificação Técnica:

11.11.1 Registro da licitante junto à ANATEL ou documentação referente a concessão, permissão ou autorização expedida pela ANATEL para exploração do serviço. Poderá ser apresentada a cópia do extrato de publicação no DOU do Contrato de Concessão ou Termo de Autorização;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

11.11.2 Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou conselho competente, em plena validade;

11.11.3 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

11.11.3.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

11.11.3.1.1 Fornecimento, instalação, configuração e suporte técnico a links de acesso dedicado à internet de características semelhantes ao licitado, por período não inferior a três anos;

11.11.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

11.11.5 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

11.11.6 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

11.11.7 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo apresentar, caso solicitado, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

11.12. As licitantes deverão apresentar ainda a seguinte documentação complementar:

I – Declaração, sob as penas da lei, de inexistência de fato que possa impedir a sua habilitação neste procedimento licitatório, conforme modelo constante do Anexo V;

II – Declaração, sob as penas da lei, de que não possui em seu quadro de pessoal e nem utilizará, sob qualquer pretexto: profissionais com idade inferior a dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou com idade inferior a dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo constante do Anexo VI;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

III – Declaração de atendimento à Resolução nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme modelo constante do Anexo VII;

IV – Caso a licitante se enquadre como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, conforme modelo constante do Anexo VIII;

V – Declaração de vistoria, caso entenda necessário conhecer a atual situação das instalações dos locais onde os serviços serão executados, o que dará o conhecimento mínimo necessário para apresentar proposta adequada, sendo a mesma facultativa, conforme modelo constante do Anexo IX;

VI – Declaração de conhecimento das condições, caso não realize a vistoria mencionada no item anterior, conforme modelo constante do Anexo X.

11.13 Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

11.13.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

11.13.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

11.13.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

11.13.4 O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

11.13.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

11.13.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

11.13.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11.14. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

11.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

11.15.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.20. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.21. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.21.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor.

12.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

12.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

12.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

outro licitante.

12.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DOS RECURSOS

13.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

18.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

18.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

18.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

Nota explicativa: Orientação Normativa AGU nº 39: “A vigência dos contratos regidos pelo art. 57, caput, da Lei 8.666, de 1993, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar”.

18.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

18.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

19. DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL

19.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

22. DO PAGAMENTO

22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

23.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

23.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

23.1.3 apresentar documentação falsa;

23.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

23.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.6 não mantiver a proposta;

23.1.7 cometer fraude fiscal;

23.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

23.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

23.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

23.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

23.4.2 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

23.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com o Ministério Público, pelo prazo de até cinco anos;

23.4.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo.

23.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.8. O processamento do processo administrativo não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração do Ministério Público resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

24.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.mp.al.mp.br, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço, Maceió, Alagoas, nos dias úteis, no horário das 07 horas e 30 minutos às 13 horas e 30 minutos, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.12.1 ANEXO I – Termo de Referência;

25.12.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

25.12.3 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

25.12.4 ANEXO IV – Planilha de Custos e Formação de Preços;

25.12.5 ANEXO V – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;

25.12.6 ANEXO VI – Modelo de Declaração de Cumprimento do Disposto no Art. 27, V, da Lei nº 8.666, de 1993;

25.12.7 ANEXO VII – Modelo de Declaração de Atendimento à Resolução nº 37/2009 do CNMP;

25.12.8 ANEXO VIII – Modelo de Termo de Opção/Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

25.12.9 ANEXO IX – Modelo de Declaração de Vistoria;

25.12.10 ANEXO X – Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições.

25.12.9 ANEXO XI – Valor Estimado da Contratação.



Seção de Licitações

FL. nº _____
MPEAL/PGJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

Maceió, AL, 18 de maio de 2020.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. OBJETO

1.1 O presente documento possui a finalidade de detalhar os elementos necessários ao registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de links de acesso, compostos por link dedicado de acesso à internet e links ponto a ponto de interligação para conexão da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas (Sede) com os prédios das promotorias de justiça da Capital (Barro Duro), Centro de Apoio Operacional - CAOP (Farol), Empresarial 203 Offices (Farol) e o do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (Centro), pelo período de 12 (doze) meses, conforme requisitos técnicos, níveis de qualidade de serviço e quantidades descritas neste termo.

2. OBJETIVO/ FINALIDADE

2.1 Preencher a carência e atender a demanda da instituição e de suas unidades em relação aos serviços abaixo relacionados.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 Atualmente, o Ministério Público do Estado de Alagoas possui serviços de acesso à internet fornecidos por duas empresas: Velloo NET LTDA (link principal e diversas unidades) e FSF Tecnologia S.A (um link).

3.2 Esses links têm suas velocidades dimensionadas nos anos de 2014 e 2016, de forma a atender os diversos serviços que o MPEAL oferece aos usuários internos e externos, tais como, site, e-mail, navegação web, sistemas de virtualização processual, entre outros.

3.3 O elevado grau de automação dos processos operacionais e administrativos leva as Organizações a confiar e depender cada vez mais de sua infraestrutura tecnológica para viabilizar aplicações de missão crítica e implementar rapidamente novas soluções que aumentem a agilidade, a capacidade de adaptação, a otimização de custos e a melhoria dos serviços prestados, de forma continuada, aos seus clientes e usuários.

3.4 Atender a essa demanda por alta qualidade e eficiência com economia, confiabilidade, flexibilidade, agilidade e racionalização de fluxos de trabalho, é preocupação constante da alta direção dos órgãos, o que tornou a Tecnologia da Informação ferramenta estratégica que deve estar alinhada com as áreas de negócios da Instituição.

3.5 MOTIVAÇÃO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

- 3.5.1. Necessidade de aumento de velocidade dos links, devido ao aumento na utilização dos serviços de TI dependentes da internet;
- 3.5.2. Implantação da solução de gravação de oitivas em todo Estado;
- 3.5.3. Implantação da solução de videoconferência em diversas unidades do Ministério Público;
- 3.5.4. Implantação da solução de telefonia Voip em todo o Estado;
- 3.5.5. Aumento da quantidade de câmeras de videomonitoramento em diversas unidades do MP;
- 3.5.6. Fim da possibilidade de prorrogação contratual 60 (sessenta) meses;

3.6 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.6.1. Constituíram ainda o referencial normativo da presente contratação os seguintes dispositivos legais:

3.6.1.1. Lei Federal no 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

3.6.1.2. Lei 10.520/2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

3.6.1.3. Decreto no 5.450/2005: Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

3.6.1.4. Decreto no 7.174/2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal;

3.6.1.5. Nota Técnica no 02/2008 – SEFTI/TC U – Estabelece o uso do pregão para aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação;

3.6.1.6. Instrução Normativa SLTI no 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

3.6.1.7. Instrução Normativa SLTI no 04/2014: Dispõe sobre o processo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

3.7 A solicitação justifica-se em virtude da Diretoria de Tecnologia da Informação ter a necessidade de disponibilizar acesso à internet, serviço esse, contínuo e necessário, essencial ao bom e pleno desempenho das atividades nas unidades do Ministério Público do Estado de Alagoas.

3.8 Face ao exposto e em conformidade com os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, em especial, de eficiência, a contratação da solução dos serviços de links de acesso descrita neste termo de referência e seus anexos constitui-se em objeto de contratação estratégico para o alcance das metas e propósitos perseguidos pelo Ministério Público Alagoano.

3.9 A licitação por lote único é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade da solução, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador. Nesse ponto, as vantagens seriam o maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, a maior interação entre as diferentes fases, a maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução dos serviços em uma só pessoa e concentração da garantia dos resultados. Ademais, haverá um grande ganho para a Administração na gestão da solução, na identificação de falhas e agilidade do restabelecimento dos serviços.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Contratação de LINK DE ACESSO À INTERNET full duplex para o Ministério Público do Estado de Alagoas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme tabela abaixo:

Link	Quant
10 MB	50
20 MB	15
30 MB	9
40 MB	4
100 MB	3
500 MB	1
Total	82

4.1.1. Link acesso deverá ser dedicado a Internet para cada unidade;

4.1.2. A relação dos endereços das unidades do MPEAL constam no ANEXO I;

4.1.3. Acesso dedicado a Internet se dará por meio de porta de comunicação, com todos os recursos de hardware e software de seguranças necessários, a serem instalados nos endereços constantes no ANEXO I;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

4.1.4. Os links e as portas de acesso ao centro de roteamento da CONTRATADA deverão ser exclusivos, dedicados e banda garantida simétrica, não podendo haver compartilhamento com outros clientes/usuários.

4.1.5. Qualquer equipamento ou material necessário à implantação da solução, como roteadores, cabos e outros devem ser disponibilizados pela CONTRATADA para uso do MPEAL durante a vigência do contrato.

4.1.6. Deverá apresentar projeto técnico detalhado da solução proposta, detalhando o acesso do cliente até o backbone e como este está estruturado, apresentando documento que comprove sua conectividade com backbones internacionais e os itens que comprovem o atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos neste termo de referência.

4.1.7. Deverá oferecer latência máxima não superior à 50ms, considerando a transmissão de um pacote de dados de 64 bytes, entre ponto de interconexão do serviço de acesso à internet à rede local do MPEAL e o nó de acesso à rede (backbone) da licitante.

4.1.8. Deverá oferecer na ocasião da ativação do serviço de acesso à internet, a quantidade mínima de 14 (quatorze) endereços IP's (Internet Protocol) fixos válidos para o prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça, conforme a RFC1466, associados à mesma classe de endereçamento (Classe C) e de uso exclusivo do MPEAL.

4.1.9. Deverá garantir média mensal de perda de pacotes não superior a 2%.

4.1.10. Deverá garantir disponibilidade mínima mensal do serviço de 98,0%. Esta disponibilidade indicará o percentual de tempo em que os serviços permanecerem em condições normais de funcionamento durante um período de um mês de operação.

4.1.11. Deverá garantir, durante o período de vigência do contrato, que os serviços de operação e manutenção corretiva do serviço, e os custos envolvidos para tal, decorrentes de seu dolo/culpa e aqueles para os quais o MPEAL também não tenha concorrido ou dado causa, serão de responsabilidade do licitante.

4.1.12. Deverá fornecer, durante o período de vigência do contrato, serviço de gerência pró-ativa, com registro de ocorrências e acionamento automático das equipes de manutenção, com comunicação imediata aos responsáveis indicados pelo MPEAL.

4.1.13. Deverá disponibilizar relatório gerencial, com visualização em ambiente WEB, com informações de desempenho e utilização do serviço de acesso à internet.

4.1.14. A CONTRATADA deverá permitir a monitoração on-line pelo MPEAL de todos os acessos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

da rede, através do protocolo SNMP, liberando, tão logo cada acesso seja ativado, uma permissão para acesso pelo MPEAL através da criação de uma “snmp community” do tipo “read only” (apenas leitura).

4.1.15. O roteador que será fornecido para o link de internet deverá satisfazer às seguintes condições:

4.1.16. Deve ser disponibilizado sobre a forma de comodato para uso pelo MPEAL durante o prazo de vigência do contrato.

4.1.17. Deve possuir pelo menos duas interfaces Gigabit Ethernet (10/100/1000) para conexão com a rede interna do MPEAL.

4.1.18. Os níveis de utilização de CPU e de memória sejam de, no máximo, 70% (setenta por cento) das suas capacidades. Caso a utilização média ultrapasse os valores indicados, a CONTRATADA deverá atualizar o equipamento por um de capacidade superior.

4.1.19. GARANTIA E QUALIDADE

4.1.20. Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser executados obedecendo o seguinte Acordo de Nível de Serviço:

Item	Descrição	SLA	
		Condição de Execução	Margem Aceitável
1	Disponibilidade mensal dos serviços	24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana	$\geq 99,7\%$
2	Reparo e manutenção dos circuitos e equipamentos instalados	Tempo de Solução (TS), contado a partir da abertura do chamado técnico.	$TS \leq 4h$
3	Paradas programadas para manutenção preventiva e adaptações na rede do MPEAL	Comunicação prévia de cada parada	≥ 7 dias
		Número anual de horas de paralisações nas paradas programadas por circuito	$\leq 24h$
4	Perda de pacotes	Perda média mensal de pacotes por <i>link</i> de dados	$\leq 2\%*/dia$
5	Pacotes com erro	Pacotes com erro por <i>link</i> de dados	$\leq 1\%**/dia$

*(pacotes perdidos/pacotes trafegados) x 100

***(pacotes com erro/pacotes trafegados) x 100



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

4.1.21. O percentual de disponibilidade mensal para cada um dos links é obtido com base na seguinte fórmula:

$$D = \left[\frac{(N * 720) - T_i}{N * 720} \right] * 100$$

D= Percentual de disponibilidade;

N= Número de dias do mês;

Ti= Somatório dos minutos de interrupção observados para o serviço durante o período mensal de apuração.

4.1.22. Caso não sejam atingidas as metas previstas no SLA, descrito acima, incidirão descontos sobre o valor mensal contratado para o link, conforme o disposto na tabela abaixo:

Item	Descrição	Faixa	Desconto
1	Disponibilidade mensal do canal de comunicação	≥ 95% e < 99,72%	10%
		≥ 90% e < 95%	20%
		≥ 85% e < 90%	50%
		≥ 80 % e < 85%	100%
2	Reparo e manutenção dos circuitos e equipamentos instalados	4h < TS ≤ 6 h	5,00%
		6h < TS ≤ 8h	10,00%
		8h < TS ≤ 10h	15,00%
		10h < TS ≤ 12h	20,00%
3	Paradas programadas para manutenção preventiva e adaptações na rede do MPEAL	Comunicação prévia de cada parada	≥ 4 dias e < 7 dias
			< 4 dias
		Número anual de horas de paralisações nas paradas programadas	> 24h e ≤ 36h
			>36h e ≤ 48h
			> 48h e ≤ 72h
4	Perda de pacotes	> 2% por até 3 dias	10%
		> 2% entre 4 e 8 dias	15,00%
		> 2% entre 9 e 12 dias	20,00%
5	Pacotes com erro no mês	> 1% por até 3 dias	10%
		> 1% entre 4 e 8 dias	15,00%
		> 1% entre 9 e 12 dias	20,00%



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

4.1.23. Para cada canal de comunicação cuja disponibilidade mensal esteja situada a partir de 95% e abaixo de 98,00%, o desconto será aplicado com base na seguinte fórmula:

$$Dc = \frac{(Cm * Ti)}{(N * 720)}$$

Dc = Valor do desconto

Cm = Custo mensal do serviço

Ti = Somatório dos minutos de interrupção observados para o serviço durante o período mensal de apuração;

N = Número de dias do mês.

4.1.24. Para cada canal de comunicação deverá ser calculado o valor a ser descontado do faturamento para até 3 dias no mês, em que a taxa de perda de pacotes ou de erros seja superior a 2% e 1%, respectivamente, com base na seguinte fórmula:

$$Dc = \frac{(Cm * Td)}{30}$$

Dc= Valor do desconto;

Cm= Custo mensal do canal de comunicação;

Td= Somatório de dias, dentro do período de faturamento, em que a taxa de perda de pacotes ou de erros calculada esteve acima da taxa máxima admitida.

4.1.25. Os descontos descritos no item 8.4 deste Termo de Referência somente serão considerados para as correlações que, dentro do período de observação (8h às 18h), apresentarem taxa de utilização de banda inferior a 70%.

4.2. SERVIÇO PONTO A PONTO

4.2.1. Link de Transmissão de Dados ponto a ponto com garantia de banda full duplex e transparência a protocolos, com interface Ethernet, no período de 12 (doze) meses.

4.2.2. A tecnologia utilizada para tráfego de dados deverá ser implementada utilizando-se fibra óptica, ao longo de todo o circuito, fornecendo bandas mínimas de 100 Mbps e 1 Gbps com infraestrutura redundante tipo anel óptico;

4.2.3. O anel óptico redundante deve ser implementado de maneira tal que garanta total continuidade do serviço na indisponibilidade de uma das fibras ópticas (Ex.: Queda de poste, vandalismo, etc.);

4.2.4. O ponto de acesso ao link deve ser disponibilizado nos data centers, localizados no interior do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

prédio, das respectivas unidades;

4.2.5. O serviço deverá entregar, em cada sala do data Center, tanto na sede quanto na unidade remota, apenas um ponto com fibra ótica.

4.2.6. Deverá ser utilizado para conexão com o firewall;

4.2.7. Em caso de falha na fibra principal, o anel óptico redundante deverá assumir de imediato, sem perdas;

4.2.8. O link deverá ser dimensionado para garantir um tempo de latência máximo, no pior caso, de 20 milissegundos de uma extremidade a outra do link de dados.

Relação dos links Ponto a Ponto

Ponto A	Ponto B	Banda
Procuradoria Geral de Justiça (Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço)	Promotorias de Justiça da Capital (Av. Juca Sampaio, nº 540, Barro Duro)	1 Gbps
Procuradoria Geral de Justiça (Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço)	CAOP (Av Fernandes Lima, nº 1018, Farol)	100 Mbps
Procuradoria Geral de Justiça (Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço)	Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (Praça Marechal Deodoro, nº 319, Centro)	100 Mbps
Procuradoria Geral de Justiça (Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço)	Av. Dom Antônio Brandão, nº 203, Empresarial 203 Offices, 5º andar, Farol	100 Mbps

4.3. VISTORIA

4.3.1. A LICITANTE poderá realizar vistoria nos endereços contantes do ANEXO I deste Termo de Referência, no local onde serão instalados os links, e onde os serviços serão executados, devendo efetuar todas as verificações necessárias, inteirando-se das condições e do grau de dificuldade dos trabalhos, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento das dificuldades e dos problemas associados ao mesmo.

4.4. GERENCIAMENTO PRÓ-ATIVO DA CONTRATADA

4.4.1. O sistema de gerenciamento pró-ativo deverá possuir:

4.4.1.1. Geração automática de alarmes em caso de falhas do(s) elemento(s) de rede gerenciado(s);

4.4.1.2. Geração automática de alarmes em caso de quedas de desempenho do(s) elemento(s) de rede gerenciados (perda de pacotes, latência, aumento/queda de tráfego);



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

- 4.4.1.3. Informações sobre a localização física de ativos de rede (roteadores, portas, acessos);
 - 4.4.1.4. Informações detalhadas sobre a configuração atual de cada um dos roteadores;
 - 4.4.1.5. Disponibilidade medida (real) de todos os elementos gerenciados da rede;
 - 4.4.1.6. Visão gráfica da topologia da rede com os respectivos alarmes;
 - 4.4.1.7. Abertura de trouble tickets via 0800 ou portal web;
 - 4.4.1.8. Gráficos e relatórios de tendência;
 - 4.4.1.9. Monitoração por classe de serviço;
 - 4.4.1.10. Análise da situação atual da rede e sugestão de melhorias (capacity planning);
 - 4.4.1.11. Canal de atendimento exclusivo, 24 x 7h, diferenciado e prioritário para clientes que possuam o serviço de gerência;
 - 4.4.1.12. Disponibilizar comunidade RO via SNMP em todos os ativos e fornecer todas as OIDs pertinentes aos mesmos. Nome da comunidade SNMP deve ser MPEAL;
 - 4.4.1.13. Quando da geração automática de alarmes em casos de indisponibilidade ou queda de desempenho, e-mail deverá ser enviado automaticamente a endereço eletrônico disponibilizado pela CONTRATANTE.
 - 4.4.1.14. Em caso de uso excessivo de link, a CONTRATADA deve informar qual IP ou quais IPs, portas e camada de transporte são responsáveis pelo evento;
 - 4.4.1.15. Ativar suporte a Netflow ou semelhante em seus ativos para captura;
- 4.5. MONITORAMENTO DA REDE (pela Contratante)
- 4.5.1. Solução de monitoramento que permite:
 - 4.5.1.1. Visualizar a composição do tráfego (por site/toda rede);
 - 4.5.1.2. Verificar o volume de tráfego por IP (origem e destino);
 - 4.5.2. A contratada disponibilizará e configurará um sistema de monitoramento de rede que será gerenciado pela Contratante, sem ação direta da contratada. Este sistema não abrirá chamados



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

próativamente;

4.5.3. A contratada proverá o treinamento in loco para os responsáveis pela rede da Contratante, de acordo com a configuração da ferramenta, de forma que a Contratante possa gerenciar e emitir os relatórios que achar convenientes;

4.5.4. O sistema de monitoramento deve atender aos seguintes requisitos mínimos para o gerenciamento de tráfego:

4.5.4.1. Configuração de perfis de visualização independentes por usuário;

4.5.4.2. Suporte a alarmes baseados em medições correntes de tráfego ou de alterações de comportamento: os alarmes devem ser configurados utilizando-se de qualquer curva exibida nos gráficos do sistema;

4.5.4.3. Disponibilização das seguintes informações (on line e/ou on demand):

4.5.4.3.1. Exibir todos os gráficos e relatórios em ambiente web (via HTTPS), sendo necessário somente um navegador e o plugin Java;

4.5.4.4. Não é necessário estar instalado no ambiente da CONTRATANTE, contanto que isso não impeça de receber informações em tempo real.

4.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.6.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

4.6.1.1. Registro da licitante junto à ANATEL ou documentação referente a concessão, permissão ou autorização expedida pela ANATEL para exploração do serviço. Poderá ser apresentada a cópia do extrato de publicação no DOU do Contrato de Concessão ou Termo de Autorização;

4.6.1.2. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) (escrever por extenso, se o caso) ou conselho competente, em plena validade;

4.6.1.3. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.6.1.3.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.6.1.3.2. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos;

4.6.1.3.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação

4.6.2. Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato ou nota fiscal que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

5. ESTRATÉGIA DE CONTRATAÇÃO

5. Os itens descritos acima terão seus preços registrados através da modalidade licitatória PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, em LOTE ÚNICO, instituído pela Lei 10.520 de 17.07.2002 e subsidiariamente, pelas Leis 8.078/90, 8.666/93, 9.784/99 e suas alterações; e ainda o Decreto nº. 7.892 de 23.01.2013;

5.1 A existência de preços registrados não obriga o MP/AL a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação:

6.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.1.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

6.1.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.1.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.2. REGULARIDADE FISCAL

6.1.2.1. Prova de regularidade junto à Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida pela Receita Federal do Brasil;

6.1.2.2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social: CND - Certidão Negativa de Débito, emitida pela Receita Federal do Brasil;

6.1.2.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de FGTS - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

6.1.3. Declaração de inexistência de fato impeditivo na habilitação, na forma do §2º do art. 32 da Lei nº 8666/93;

6.1.4. Declaração em atendimento ao disposto no art. 27, inciso V da Lei 8666/93.

7. DAS CONDIÇÕES E PRAZO PARA INSTALAÇÃO

7.1. A CONTRATADA deverá respeitar o limite de instalação, no máximo, 12 (doze) dias corridos para circuitos na Capital e 45 (quarenta e cinco) dias corridos para circuitos no interior do Estado, contados da entrega da Ordem de Serviço (OS) ou documento equivalente para realizar a instalação dos serviços presentes neste Termo de Referência;

7.1.1. Quando o prazo para entrega/início estiver especificado no próprio item este deve ser considerado;

7.2. A entrega da OS e da Nota de Empenho (NE) poderá ser formalizada pessoalmente ou através de fax ou e-mail. Nos casos de remessa, será obrigatória a anotação dos seguintes dados pelo remetente: hora e data da transmissão, nome do representante do fornecedor que confirmou o recebimento da mensagem;

7.2.1. Caso ocorra fato superveniente que venha a provocar atraso na instalação, o fornecedor deverá comunicar formalmente ao MP/AL para análise de eventual elastecimento do prazo de instalação.

7.3. Durante a vigência do contrato de prestação dos serviços poderá, eventualmente, haver mudança de endereços dos locais de instalação, assim como adição de novos locais. Nesses casos, a CONTRATADA poderá cobrar um valor para atendimento da demanda, caso haja viabilidade para o novo local, sendo que o valor máximo admitido não poderá ser superior aos custos de uma



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

mensalidade de um enlace equivalente (com mesma velocidade de conexão) já implantado e com prazo de implantação não superior a 30 dias para a Capital e 45 dias para o interior, salvo em casos devidamente justificados em que a CONTRATANTE avaliará a necessidade de prorrogação por período a ser acordado entre as partes, após a solicitação formal, respeitando os valores e limites legais. Os acréscimos, que porventura venham a ocorrer, em razão de mudança de endereços já relacionados e da adição de novos endereços, decorrerão da celebração de termos aditivos, limitados à 25%, como estabelece o §1o, do Art. 65, da lei 8.666/93.

7.3.1. A CONTRATADA deverá informar ao MPEAL sobre a impossibilidade de implantação de novos circuitos, não listados no Anexo I, em até 10 (dez) dias após o recebimento da comunicação formal.

7.3.2. Não será cobrada a 1ª instalação, mesmo que o endereço seja divergente do constante na tabela de promotorias de justiça no ANEXO I, desde que seja localizado no mesmo município.

7.4. O início da prestação dos serviços, contados a partir da assinatura do contrato, será gradativo da seguinte forma:

7.4.1. Até 30 dias para 50% do total de circuitos contratados. Nos casos de Não cumprimento do percentual de entrega estabelecido, a CONTRATADA deverá informar quais os links que estão em atraso, para efeitos de ajustes no pagamento, e se for o caso, calculo de penalidades;

7.4.2. Até 60 dias para 80% do total de circuitos contratados;

7.4.3. Até 90 dias para 100% do total de circuitos contratados;

7.5. A contratada poderá solicitar dilatação dos prazos acima, desde que seja feito em até 15 dias antes do término do prazo estabelecido e mediante justificativa, decorrente dos seguintes motivos:

7.5.1. Alteração do projeto ou especificações, pela administração;

7.5.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

7.5.3. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e de interesse da administração;

7.5.4. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta LEI;

7.5.5. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela administração em documento contemporâneo a sua ocorrência;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

7.5.6. Omissão ou atraso de providências a cargo da administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

7.6. Os circuitos deverão ser fornecidos **EXCLUSIVAMENTE** através de meios terrestres por fibra ótica durante todo o percurso;

7.7. É vedada a utilização de acessos através de satélites ou rede móveis;

7.8. Excepcionalmente, serão admitidos enlaces via rádio, limitando-se a 30% do total dos circuitos:

7.8.1. Fica vedado o uso de acessos dedicados via radiofrequência por espalhamento espectral de frequência aberta (livre), haja vista a natureza dos dados transmitidos requererem padrões de segurança máximos, onde qualquer margem de insegurança é relevante. Os concentradores WIFI não devem ser compartilhados com outros clientes, ou seja, uso exclusivo do MPAL;

7.8.2. Fica permitido o uso de acesso dedicado via rádio frequência privada/licenciada, limitada até 30% de todos os links de dados e homologado pela Anatel;

8. DO LOCAL DA ENTREGA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1 Os serviços serão executados no Ministério Público do Estado de Alagoas nos endereços constantes no ANEXO I.

9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. A Administração emitirá a Nota de Empenho - NE ou documento equivalente especificando o serviço pretendido e a quantidade, entregando-a ao contratado na forma prevista no subitem 7.2.

9.2. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 modificada pela lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido pelo Fiscal do Contrato ou seu substituto legal:

9.2.1. Provisoriamente, imediatamente após a ativação do circuito, para efeito de posterior testes e verificação da conformidade com as especificações;

9.2.2. Definitivamente, no prazo de até dez dias corridos, após a verificação da qualidade do circuito e conseqüente aceitação do MPEAL.

9.3. O serviço fornecido em desacordo com o especificado no instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário será rejeitado parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

a contratada a substituí-lo no prazo assinado pelo Fiscal, sob pena de ser aplicada penalidade.

9.3.1 Constatada a ocorrência prevista neste item, após a notificação por escrito à contratada, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até a regularização da pendência.

9.4. Uma vez ativado, iniciar-se-á a etapa de verificação da conformidade das características do serviço com as descritas neste termo de referência, sendo posteriormente firmado atestado por escrito dessa conformidade.

9.5. O serviço será inteiramente recusado pelo Ministério Público nas seguintes condições:

9.5.1 caso tenha sido entregue com as especificações técnicas diferentes das contidas neste termo de referência, seus anexos ou da proposta;

9.5.2. caso apresentem defeitos ou deformidades estruturais em qualquer de suas partes, durante os testes de conformidade e verificação.

9.6. No caso de recusa do material, o licitante vencedor terá prazo de 15 (quinze) dias corridos para providenciar a sua substituição, contados da comunicação escrita feita pelo Fiscal.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Mensalmente após o recebimento definitivo do objeto, o órgão recebedor adotará as providências para pagamento, em moeda corrente nacional, o qual deverá ser efetuado em até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, contados da ativação do circuito mediante a apresentação da seguinte documentação:

10.1.1. Nota Fiscal/fatura discriminativa, emitida no último dia do mês corrente, em via única, devidamente atestada pelo FISCAL DO CONTRATO, constando o período do 1º dia ao último do mês corrente;

10.1.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida pela Receita Federal do Brasil;

10.1.3. CND – Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência Social emitida pela Receita Federal do Brasil;

10.1.4. CRF – Certificado de Regularidade de FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal.

10.2. A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida nas demais alíneas do item 10.1.1, implicará a sua devolução à Empresa Contratada para



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação;

10.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração do Ministério Público de Alagoas, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, será aquela resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = TX \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

10.4. Poderá ser deduzida do valor da Nota Fiscal de Serviços/Fatura, multa imposta pelo MP/AL, se for o caso;

10.5. O aceite/aprovação do produto pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do material/serviço ou disparidades com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

10.6. Considera-se para efeito de pagamento o dia em que o Banco efetivar o crédito na conta corrente do Fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Assinar a Ata de Registro de Preços;

11.2. Executar o serviço conforme especificações e demais condições contidas neste Termo de Referência;

11.3. Programar seus trabalhos de forma a não prejudicar o andamento normal das atividades no âmbito do MPEAL;

11.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e da proposta;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

11.5. Responsabilizar-se pela qualidade dos itens ofertados e por sua troca, sem quaisquer ônus adicionais para o MPEAL, caso não se encontrem dentro das especificações estabelecidas neste Termo;

11.6. Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, bem como as necessárias para a completa execução dos mesmos, inclusive as de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, frete e deslocamentos;

11.7. Responder pelos danos causados diretamente ao MPEAL, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento;

11.8. Manter o endereço, número de telefone e endereço de e-mail permanentemente atualizados.

11.9. Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de referência, das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.

11.10. Refazer, sem nenhum acréscimo ao valor contratado, os serviços não realizados a contento.

11.11. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o MP/AL;

11.12. O MP/AL não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. GESTOR DO CONTRATO

12.1.1. Entidade: Diretoria de Tecnologia da Informação do MPEAL;

12.1.2. Função: Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela autoridade competente dessa área, com atribuições gerenciais técnicas e operacionais;

12.1.2.1. Será gestor do presente contrato o Chefe da Seção de Infraestrutura Computacional do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

MPEAL, o servidor Mário Ferreira da Silva Júnior, Analista do Ministério Público – Especialidade: Administração de Rede, matrícula 825495-8, telefone 82.2122-3545, e-mail mario.ferreira@mpal.mp.br. Nas suas ausências legais e regulamentares, o seu substituto legal será o Chefe da Seção de Administração de Rede do MPEAL, o servidor Flávio Vasconcelos Pais, Analista do Ministério Público – Especialidade: Administração de Rede, matrícula 825503-2, telefone 82.2122-3545, email flavio.vasconcelos@mpal.mp.br, cabendo-lhe as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei nº. 8.666/93 atualizada.

12.1.3. Responsabilidades:

12.1.3.1. Adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, tendo por parâmetro os resultados previstos neste Termo e no contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser encaminhadas, de imediato, aos seus superiores para a adoção das medidas pertinentes, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e no contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão;

12.1.3.2. Receber, conferir e atestar as notas fiscais encaminhando-as à unidade competente para análise e posterior pagamento;

12.1.3.3. Solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;

12.1.3.4. Informar as Diretorias de Programação e Orçamento e a Financeira, até 10 de dezembro de cada ano, as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, visando à obtenção de reforço, cancelamento e/ou anulação de saldos de empenho à conta de restos a pagar;

12.1.3.5. Manter sob sua guarda, cópias do Contrato em vigor e do respectivo Termo de Referência;

12.1.3.6. Comunicar à Administração o descumprimento dos prazos e metas previamente estabelecidos, para efeito de glosa e aplicação de penalidade, se for o caso.

12.2. FISCAL DO CONTRATO

12.2.1. Entidade: A ser definida pela Área Administrativa.

12.2.2. Função: Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos.

12.2.3. Responsabilidades

12.2.3.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o objeto desta contratação;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

12.2.3.2. Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

12.2.3.3. Responder questões relativas a prorrogação de contrato, que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes;

12.2.3.4. Responder questões relativas a comunicação para abertura de nova licitação, antes de findo do contrato;

12.2.3.5. Responder questões relativas ao pagamento de faturas;

12.2.3.6. Fiscalizar a manutenção, pela contratada, das condições de habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários a avaliação;

12.2.3.7. Comunicar à unidade técnica, formalmente, e em tempo hábil, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

12.2.3.8. Atentar para as alterações de interesse da Contratada que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução. Nas hipóteses alinhadas, cabe ao gestor juntar os pedidos no processo e informar o que for de sua alçada, encaminhando ao setor competente para análise e decisão;

12.2.3.9. Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

12.2.3.10. Fiscalizar, com apoio da área técnica, o cumprimento, por parte da CONTRATADA, das exigências legais e de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade do contrato.

12.3. REPRESENTANTE DA CONTRATADA

12.3.1. Entidade: Empresa Fornecedora

12.3.2. Função: Funcionário representante da contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

12.3.3. Responsabilidades:

12.3.3.1. Informar à CONTRATANTE sobre problemas de quaisquer naturezas que possam impedir



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

a entrega do serviço;

12.3.3.2. Acompanhar e manter-se atualizado quanto aos chamados técnicos de suporte e às manutenções corretivas;

13. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

13.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato e observando os dispositivos do Ato PGJ nº 1/2016, o Ministério Público de Alagoas poderá, garantida a prévia defesa da Contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções:

- a) **ADVERTÊNCIA** - consistente em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das obrigações celebradas;
- b) **MULTA** – a ser aplicada nos percentuais de 0,33% a 20%, de acordo com o Art. 5º do Ato PGJ nº 1/2016;
- c) **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado de Alagoas;
- d) **DESCREDENCIAMENTO** ou proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Ministério Público do Estado de Alagoas; e
- e) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. Todo o procedimento de aplicação de sanções encontra-se detalhado no Ato PGJ nº 1/2016, publicado no Diário Oficial do Estado de Alagoas de 11 de janeiro de 2016.

14. VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 O prazo de vigência do Registro de Preços será de 12 (doze meses) a contar de sua assinatura.

15. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

15.1 Os valores constantes da Ata de Registro de Preços admitem revisão na forma disciplinada no Decreto 3.931/2001.

15.2 As tarifas poderão ser reajustadas, mediante requerimento da Contratada, com base no índice de Serviços de Telecomunicações (IST) ou outro que vier a substituí-lo, observado o intervalo não inferior a 12 (doze) meses entre as datas-base dos reajustes concedidos pela ANATEL,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

de acordo com a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

15.3 O reajuste de que trata este item deve ser pleiteado previamente à prorrogação do contrato, sob pena de preclusão lógica de tal direito, conforme Acórdão nº 1828/2008 – Plenário do TCU.

15.4 Eventuais reduções das tarifas determinadas pela ANATEL serão repassadas ao contrato, a partir da mesma data-base, por meio de revisão contratual.

16. ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

16.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao MP/AL(órgão gerenciador) promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

16.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o MP/AL (órgão gerenciador) deverá:

16.3.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

16.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o MP/AL (órgão gerenciador) poderá:

16.4.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

16.4.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.5 Não havendo êxito nas negociações, o MP/AL (órgão gerenciador) deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

17.1 O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

17.4.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

17.4.2 Não retirar a respectiva Solicitação de Fornecimento no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

17.4.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

17.4.4 Tiver presentes razões de interesse público.

17.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

17.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

18. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal, estadual ou municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

18.2 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o MPEAL para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

18.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o MPEAL.

18.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o MPEAL.

18.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o MPEAL, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

18.6 Após a autorização do MPEAL, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

18.7 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

19. GENERALIDADES

19.1 O CNPJ do Ministério Público de Alagoas é 12.472.734/0001-52;

19.2 Poderá ser solicitada amostra dos produtos da licitante vencedora do certame, em quaisquer de seus itens;

19.3 A licitação objeto deste termo de referência poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93;

19.4 Ao contrato poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos na lei 8.666/93.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

LOCALIZAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Anexo I (Poço):

<https://www.google.com.br/maps/@-9.6646451,-35.7293767,3a,90y,85.74h,97.45t/data=!3m6!1e1!3m4!1soemnQHXXZLhSyDmD4R1xfg!2e0!7i13312!8i6656>

CAOP (Farol):

https://www.google.com.br/maps/@-9.6415892,-35.7350491,3a,75y,75.06h,81.3t/data=!3m7!1e1!3m5!1sWVp4OP4UteWOCKSvj8wktw!2e0!6s%2F%2Fgeo1.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DWVp4OP4UteWOCKSvj8wktw%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D11.645159%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656

Empresarial Wall Street (Poço):

<https://www.google.com.br/maps/@-9.6633421,-35.7294334,3a,75y,82.04h,98.51t/data=!3m6!1e1!3m4!1sTfj6KtNgQCNWasTPBtXG2g!2e0!7i13312!8i6656>

Gaesf (Centro):

<https://www.google.com.br/maps/@-9.6669969,-35.7407537,3a,75y,190.2h,108.54t/data=!3m6!1e1!3m4!1sMuss5uq9QDCgH1ahSFg3hw!2e0!7i13312!8i6656>

MP Comunitário (Vergel):

Rua Marquês de Pombal, s/n, Vergel do Lago

Sede (Poço):

<https://www.google.com.br/maps/@-9.6628979,-35.7289451,3a,90y,171.08h,109.25t/data=!3m6!1e1!3m4!1sfvNYQ1VH56PgHQKb3Xdc-Q!2e0!7i13312!8i6656>

Empresarial 203 Offices (Farol)

https://www.google.com.br/maps/@-9.6592012,-35.733058,3a,75y,25.6h,113.24t/data=!3m7!1e1!3m5!1sGVf9bNL7uwGZDy-ktG6KVw!2e0!6s%2F%2Fgeo2.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DGVf9bNL7uwGZDy-ktG6KVw%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D121.8863%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656

28ª PJC (Pinheiro):

<https://www.google.com.br/maps/@-9.6369683,-35.7359359,3a,75y,29.68h,86.46t/data=!3m7!1e1!>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

[3m5!1s1HVrZqwBvM9iirPWQF-APQ!2e0!6s%2F%2Fgeo0.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3D1HVrZqwBvM9iirPWQF-APQ%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D41.737873%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656](https://www.google.com.br/maps/@-9.5486341,-35.7276375,3a,75y,45.17h,90t/data=!3m7!1e1!1s1HVrZqwBvM9iirPWQF-APQ!2e0!6s%2F%2Fgeo0.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3D1HVrZqwBvM9iirPWQF-APQ%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D41.737873%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656)

32ª PJC (Benedito Bentes):

https://www.google.com.br/maps/@-9.5486341,-35.7276375,3a,75y,45.17h,90t/data=!3m7!1e1!1s1QG7t18bjyE2Ks6uSBN3nxQ!2e0!6s%2F%2Fgeo2.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DQG7t18bjyE2Ks6uSBN3nxQ%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D44.771534%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656

35ª PJC (Ponta Verde):

<https://www.google.com.br/maps/@-9.6613501,-35.7052822,3a,75y,175.21h,86.05t/data=!3m6!1e1!3m4!1svFBfP96PsV9VK3X1jIc-Bg!2e0!7i13312!8i6656>

37ª PJC (Farol):

https://www.google.com.br/maps/@-9.6611353,-35.7328644,3a,75y,350.22h,94.16t/data=!3m7!1e1!3m5!1sxakYluZebYFT05W54FfvjA!2e0!6s%2F%2Fgeo3.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DxakYluZebYFT05W54FfvjA%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D93.59728%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656

38ª PJC (Sinimbú):

https://www.google.com.br/maps/@-9.6685273,-35.7337135,3a,75y,249.67h,96.73t/data=!3m7!1e1!3m5!1sywXTluybIxrIgmVhbf5kdA!2e0!6s%2F%2Fgeo0.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DywXTluybIxrIgmVhbf5kdA%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D12.385247%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656

39ª PJC (Mutange):

https://www.google.com.br/maps/@-9.6414256,-35.7448734,3a,75y,218.83h,75.22t/data=!3m7!1e1!3m5!1sCxu4oCCvRdCjsgn71aNOjw!2e0!6s%2F%2Fgeo0.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DCxu4oCCvRdCjsgn71aNOjw%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D101.36581%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656

41ª PJC (UNIT):

https://www.google.com.br/maps/@-9.6342388,-35.7017737,3a,75y,249.02h,93.13t/data=!3m7!1e1!3m5!1sCOOMILBFAY9-OCGbfB-WQ!2e0!6s%2F%2Fgeo2.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DCOOMILBFAY9-OCGbfB-WQ%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

<https://www.google.com/maps/@-9.73295,-35.7351203,3a,75y,73.44h,94.5t/data=!3m6!1e1!3m4!1sP0GWq3--2V6-gREGbR-Dzw!2e0!7i13312!8i6656>

43ª PJC (CESMAC):

<https://www.google.com/maps/@-9.6523789,-35.7351203,3a,75y,73.44h,94.5t/data=!3m6!1e1!3m4!1sP0GWq3--2V6-gREGbR-Dzw!2e0!7i13312!8i6656>

45ª PJC (Jaraguá):

https://www.google.com/maps/@-9.6701272,-35.7248184,3a,75y,176.76h,90.18t/data=!3m7!1e1!3m5!1sUaAq3weXKOtx1ldJzP-G1Q!2e0!6s%2F%2Fgeo1.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DUaAq3weXKOtx1ldJzP-G1Q%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D86.14636%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656

46ª PJC (Rodoviária):

https://www.google.com/maps/@-9.6461154,-35.7261409,3a,75y,79.19h,99.02t/data=!3m7!1e1!3m5!1s6aZwBkbqAYa3N11jrFEJXg!2e0!6s%2F%2Fgeo3.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3D6aZwBkbqAYa3N11jrFEJXg%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D333.25598%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656

40ª PJC (Detran):

https://www.google.com/maps/@-9.5651961,-35.7755316,3a,75y,307.88h,84.2t/data=!3m7!1e1!3m5!1sPYbIuraEQgG6hF-ls24C9Q!2e0!6s%2F%2Fgeo0.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DPYbIuraEQgG6hF-ls24C9Q%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D213.56728%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656

Água Branca:

<https://www.google.com/maps/@-9.2582654,-37.9342824,3a,90y,164.44h,94.48t/data=!3m4!1e1!3m2!1svKb-V5KOaSCEgRWQyVoHnw!2e0>

Anadia:

<https://www.google.com/maps/@-9.6844292,-36.3001548,3a,90y,193.34h,86.74t/data=!3m4!1e1!3m2!1shJx1bLoL-UvClemAKleZBw!2e0>

Arapiraca:

<https://www.google.com/maps/@-9.7363948,-36.6568321,3a,75y,83.11h,80.63t/data=!3m6!1e1!3m4!1st88XIJM-w0YFp-0GRw7-ew!2e0!7i13312!8i6656>

Atalaia:

<https://www.google.com/maps/@-9.5142491,-36.0007457,3a,90y,143.51h,103.14t/data=!3m4!1e1!3m2!1sCrA9IWrmSDi70sXcL37SIQ!2e0>



Seção de Licitações

FL. nº _____
MPEAL/PGJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

Batalha:

Avenida Rotary, nº 205, São José

Boca da Mata:

https://www.google.com.br/maps/@-9.6411603,-36.2199544,3a,75y,306.67h,98.53t/data=!3m7!1e1!3m5!1s5fAbTmhKv_AVNSwIDDbdAw!2e0!6s%2F%2Fgeo0.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3D5fAbTmhKv_AVNSwIDDbdAw%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D215.1698%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656

Cacimbinhas:

https://www.google.com.br/maps/@-9.4008023,-36.9910321,3a,53.1y,357.02h,85.12t/data=!3m4!1e1!3m2!1sWg0xB2B9BxMsN3oS_xJVXg!2e0

Cajueiro:

<https://www.google.com.br/maps/@-9.3996205,-36.1471099,3a,75y,235.95h,85.61t/data=!3m4!1e1!3m2!1shaX0vheuwTCBDyPRohNsUw!2e0>

Campo Alegre:

<https://www.google.com.br/maps/@-9.7831658,-36.3457782,3a,90y,113.56h,84.27t/data=!3m4!1e1!3m2!1sZ5G3Ybh2wsZxbaTX7s6Q6A!2e0>

Canapi (Desativado):

<https://www.google.com.br/maps/@-9.1178653,-37.6039473,3a,90y,195.36h,75.82t/data=!3m4!1e1!3m2!1snHq9WVrII3p4dRqp3OELHg!2e0>

Capela:

https://www.google.com.br/maps/@-9.4114217,-36.0727692,3a,75y,220.34h,100.49t/data=!3m7!1e1!3m5!1ss-aBFkJ45YnK1otN_cTIAg!2e0!6s%2F%2Fgeo1.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3Ds-aBFkJ45YnK1otN_cTIAg%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D0.5820605%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656

Colônia Leopoldina:

<https://www.google.com.br/maps/@-8.9132099,-35.7156919,3a,90y,230.47h,88.01t/data=!3m4!1e1!3m2!1sZCyU0-9iO7hziBs5J9FqCw!2e0>

Coruripe:

<https://www.google.com.br/maps/@-10.1196385,-36.1763496,3a,75y,200.64h,74.85t/data=!3m4!1e1!3m2!1scmOMrHA2evYkFDWsCzzUHA!2e0>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

Delmiro Gouveia:

https://www.google.com.br/maps/@-9.3838547,-38.0057792,3a,90y,320.65h,80.03t/data=!3m4!1e1!3m2!1swwPI5_f3YQncxrHJ7UwZ-A!2e0

Feira Grande:

https://www.google.com.br/maps/@-9.8970871,-36.6791109,3a,90y,299.56h,92.58t/data=!3m4!1e1!3m2!1sRbH7K2ScFYx_B57XnV_zI!2e0

Flexeiras (Desativado):

<https://www.google.com.br/maps/@-9.2754098,-35.7232472,3a,75y,178.16h,79.25t/data=!3m6!1e1!3m4!1s0KcHTW8EOR0Kl8njwvc6ZQ!2e0!7i13312!8i6656>

Girau do Ponciano:

https://www.google.com.br/maps/@-9.8824346,-36.8196877,3a,75y,313.07h,97.59t/data=!3m4!1e1!3m2!1suMUrPbo8jYqm2_A_lmAccQ!2e0

Igaci:

https://www.google.com.br/maps/@-9.5299877,-36.6333982,3a,49.2y,8.35h,85.18t/data=!3m4!1e1!3m2!1syfZ6PRyVHz82ynVvQR__yA!2e0

Igreja Nova:

<https://www.google.com.br/maps/place/Igreja+Nova+-+AL/@-10.1312166,-36.6504179,3a,90y,239.69h,99.86t/data=!3m4!1e1!3m2!1sJ9f6Hja--JIU7bXrMH1WpA!2e0!4m2!3m1!1s0x705b3990d92c3bd:0x1fe9501ae77449b0>

Joaquim Gomes:

<https://www.google.com.br/maps/@-9.1362942,-35.7486764,3a,75y,41.5h,91.03t/data=!3m4!1e1!3m2!1s9kIkScwc5glDm3lo3Bzz3Q!2e0>

Junqueiro:

<https://www.google.com.br/maps/place/R.+Frei+Pasc%C3%A1cio,+Junqueiro+-+AL,+57270-000/@-9.921468,-36.475345,3a,75y,144.74h,88.98t/data=!3m4!1e1!3m2!1sk-eV2-EfVEJdQKbAtYcHuw!2e0!4m2!3m1!1s0x7042fb9914344bd:0xde781a661f6ed369>

Limoeiro de Anadia:

https://www.google.com.br/maps/@-9.7406761,-36.5037296,3a,75y,292.1h,91.8t/data=!3m6!1e1!3m4!1swRTIZCvHv1EP4G_ke2KFcA!2e0!7i13312!8i6656

Major Izidoro:

Rua 31 de Março, s/n - Centro - 57580-000

Maragogi:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

<https://www.google.com.br/maps/@-9.0220705,-35.2251359,3a,75y,73.86h,89.95t/data=!3m6!1e1!3m4!1sZwg23kbvylZvbeN6xbpp1w!2e0!7i13312!8i6656>

Maravilha:

<https://www.google.com.br/maps/@-9.2340832,-37.350627,3a,46.4y,108.78h,81.25t/data=!3m4!1e1!3m2!1sdPcQLWKdnxIkDLvqPUNvIQ!2e0>

Marechal Deodoro:

https://www.google.com.br/maps/@-9.7185231,-35.8936411,3a,75y,96.98h,83.78t/data=!3m6!1e1!3m4!1sma6VF_xmnhmi9W5n96NWng!2e0!7i13312!8i6656

Maribondo:

<https://www.google.com.br/maps/@-9.5793285,-36.3054934,3a,90y,91.96h,87.1t/data=!3m4!1e1!3m2!1syP0qrVbOZWkol9tAYPhUMQ!2e0>

Mata Grande:

<https://www.google.com.br/maps/@-9.1208106,-37.7316909,3a,90y,181.85h,80.7t/data=!3m4!1e1!3m2!1sSL7IVPITutiAclaFcLpJcA!2e0>

Matriz de Camaragibe:

<https://www.google.com.br/maps/@-9.1574421,-35.5326589,3a,75y,9.39h,100.6t/data=!3m6!1e1!3m4!1sHgWzJ4tImbmO38O5s8dFHg!2e0!7i13312!8i6656>

Messias:

Rua Floriano Peixoto, 73 - Centro - 57990-000

Murici:

Conjunto Antenor Marinho de Melo 2, quadra 19, s/n, - 57820-000

Novo Lino (Desativado):

<https://www.google.com.br/maps/@-8.9438362,-35.6662463,3a,75y,75.45h,100.71t/data=!3m4!1e1!3m2!1smk6OA3rvPGzf0SMxMAWybg!2e0>

Olho D'Água das Flores:

https://www.google.com.br/maps/@-9.5450361,-37.2842282,3a,75y,216.29h,69.83t/data=!3m6!1e1!3m4!1sGIx5nKw-26jI-tuIq_H-dw!2e0!7i13312!8i6656

Palmeira dos Índios:

https://www.google.com.br/maps/@-9.4049135,-36.629183,3a,75y,82.78h,97.04t/data=!3m7!1e1!3m5!1syTkVQcDpf8XbxnZAViSRWA!2e0!6s%2F%2Fgeo0.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DyTkVQcDpf8XbxnZAViSRWA%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

[%3D58.48568%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656](#)

Pão de Açúcar:

Não encontrei no Street View

Paripueira:

<https://www.google.com.br/maps/@-9.4690934,-35.5481023,3a,90y,320.37h,76.95t/data=!3m4!1e1!3m2!1syxWF2w-gOx9e2aIUTTbNVg!2e0>

Passo de Camaragibe:

https://www.google.com.br/maps/place/Passo+de+Camaragibe,+AL/@-9.2431364,-35.4900212,3a,75y,245.96h,87.08t/data=!3m4!1e1!3m2!1sKahnxkLMkSJLThsYo_PV0Q!2e0!4m2!3m1!1s0x700e1f9eb407007:0xdf8a93997767d08

Paulo Jacinto:

https://www.google.com.br/maps/@-9.3731874,-36.3757521,3a,64y,319.78h,81.49t/data=!3m4!1e1!3m2!1sUpagYnudlYVfRFz7sDS-_g!2e0

Penedo:

https://www.google.com.br/maps/@-10.2826856,-36.5580105,3a,75y,271.43h,79.81t/data=!3m6!1e1!3m4!1sCrLXuDNgRPFkFwf_MmHDwFg!2e0!7i13312!8i6656

Piaçabuçu:

<https://www.google.com.br/maps/@-10.406879,-36.4364968,3a,90y,270.22h,91.13t/data=!3m4!1e1!3m2!1s0o8BIy7ZjZuisWd9ld0b4A!2e0>

Pilar:

https://www.google.com.br/maps/@-9.607165,-35.9502961,3a,90y,50.77h,79.55t/data=!3m4!1e1!3m2!1sjyvupMBS3dkWD8vBkidM_g!2e0

Piranhas:

<https://www.google.com.br/maps/@-9.603231,-37.7693431,3a,75y,336h,82.96t/data=!3m6!1e1!3m4!1s3XOinOJ6ddhkCXNXexdAjQ!2e0!7i13312!8i6656>

Porto Calvo:

Rua Professor Guedes de Miranda, nº 01, Centro

Porto de Pedras (Desativado):

<https://www.google.com.br/maps/@-9.1588693,-35.29654,3a,90y,275.38h,83.16t/data=!3m4!1e1!3m2!1sergwDZsLlg9QjmwoXuQ5fA!2e0>

Porto Real do Colégio:



Seção de Licitações

FL. nº _____
MPEAL/PGJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

<https://www.google.com.br/maps/@-10.1880905,-36.8392902,3a,28.7y,103.07h,88.54t/data=!3m4!1e1!3m2!1s66gg-kjACuwrKxmyTFrXNg!2e0>

Quebrangulo:

Avenida 15 de Novembro, 203, Centro

Rio Largo:

https://www.google.com.br/maps/@-9.5128936,-35.809248,3a,75y,222.78h,100.03t/data=!3m7!1e1!3m5!1sHW3TJkqd7ejZs4NDg27NKA!2e0!6s%2F%2Fgeo0.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DHW3TJkqd7ejZs4NDg27NKA%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D122.29678%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656

Santana do Ipanema:

https://www.google.com.br/maps/@-9.3727983,-37.2423483,3a,75y,160.52h,93.94t/data=!3m7!1e1!3m5!1s8wtVrqOvfgLrRu4tfPQwAw!2e0!6s%2F%2Fgeo3.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3D8wtVrqOvfgLrRu4tfPQwAw%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D263.58087%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656

São Brás (Desativado):

<https://www.google.com.br/maps/@-10.1265123,-36.898994,3a,37y,299.83h,91.51t/data=!3m4!1e1!3m2!1sczBTUBH7e-qWlbAKU5j37w!2e0>

São José da Laje:

Praça Osman Costa Pino, s/n, Centro

São José da Tapera:

Rua 13 de Maio, s/n, Centro

São Luiz do Quitunde:

<https://www.google.com.br/maps/@-9.3161087,-35.5615553,3a,85.5y,298.62h,89.34t/data=!3m4!1e1!3m2!1sPUDJbJjr7b-xcUtpHL4QUw!2e0>

São Miguel dos Campos:

<https://www.google.com.br/maps/@-9.7772846,-36.1028436,3a,90y,23.78h,76.37t/data=!3m6!1e1!3m4!1sExs3JjDjCbANEVcN8IXiiA!2e0!7i13312!8i6656>

São Sebastião:

https://www.google.com.br/maps/@-9.9329722,-36.5541181,3a,42.8y,121.68h,87.34t/data=!3m4!1e1!3m2!1s_C18fC8JpUfN9x44DTDm7Q!2e0



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

Satuba:

<https://www.google.com.br/maps/@-9.6031482,-35.8220846,3a,46.7y,202.18h,88.65t/data=!3m4!1e1!3m2!1ssWpLUbDFK90I9Sz6OekXkw!2e0>

Taquarana:

Avenida Antônio José dos Santos, 83, Lote Único, Pai João

Teotônio Vilela:

<https://www.google.com.br/maps/@-9.9109361,-36.35369,3a,90y,139.96h,80.64t/data=!3m4!1e1!3m2!1sf8w3m-QmvOFOoeT9RDdvWA!2e0>

Traipu:

<https://www.google.com.br/maps/@-9.9711525,-37.003791,3a,75y,339.67h,87.53t/data=!3m6!1e1!3m4!1s9S3TgJuZ8tWYEjSHRwIP6g!2e0!7i13312!8i6656>

União dos Palmares:

https://www.google.com.br/maps/@-9.157804,-36.0253367,3a,90y,58.32h,82.93t/data=!3m7!1e1!3m5!1sDKTRy8O6HoR9Uf1X7NAGPg!2e0!6s%2F%2Fgeo2.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DDKTRy8O6HoR9Uf1X7NAGPg%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D37.087894%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656

Viçosa:

<https://www.google.com.br/maps/@-9.3719501,-36.2470142,3a,46.7y,317.33h,87.3t/data=!3m4!1e1!3m2!1sob66Dpa22xFTjsf2OwHe8Q!2e0>

11ª, 12ª e 13ª PJC (Hélio Pradines):

https://www.google.com.br/maps/@-9.657473,-35.7037344,3a,75y,3.49h,90t/data=!3m7!1e1!3m5!1sYnb4z2-Zxi2t6Ik8APdqfg!2e0!6s%2F%2Fgeo3.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DYnb4z2-Zxi2t6Ik8APdqfg%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D9.6638%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656

27ª, 28ª, 29ª, 30ª, 31ª, 34ª, 50ª, 63ª e 64ª PJC (Barro Duro):

<https://www.google.com.br/maps/@-9.6212846,-35.7152996,3a,57.5y,166.23h,92.12t/data=!3m4!1e1!3m2!1surmBCITTvZCwJjCb5mumA!2e0>

33ª, 42ª e 51ª PJC (UFAL):

<https://www.google.com.br/maps/@-9.6212846,-35.7152996,3a,57.5y,166.23h,92.12t/data=!3m4!1e1!3m2!1surmBCITTvZCwJjCb5mumA!2e0>

Promotorias da Capital (22ª, 32ª e 44ª):



Seção de Licitações

FL. nº _____
MPEAL/PGJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

<https://www.google.com.br/maps/@-9.5486971,-35.7276403,3a,75y,45.81h,80.73t/data=!3m4!1e1!3m2!1s6ee7ElGPwN-J1GfpzJy1JA!2e0>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II

LOCAIS E LINKS

Nº	Nome	Ent	Endereço	Local	Link
1	Anexo I	3ª	Av Humberto Mendes, nº 636, Centro	MP	40 MB
2	CAOP	C	Av Fernandes Lima, nº 1018, Farol	MP	100 MB
3	Empresarial Wall Street (25ª, 26ª)	3ª	Av. Humberto Mendes, nº 796, Poço	MP	40 MB
4	Gaesf	G	Praça São Vicente, nº 9, 2º andar, Centro	MP	30 MB
5	Ministério Público Comunitário – Vergel	P	Rua Marquês de Pombal, s/n, Vergel do Lago	MP	10 MB
6	Procuradoria Geral de Justiça (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª)	S	Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço	MP	500 MB
7	Empresarial 203 Offices (Farol)	3ª	Av. Dom Antônio Brandão, nº 203, Empresarial 203 Offices	MP	100 MB
8	Promotoria de Justiça da Capital (28ª)	3ª	Av. Fernandes Lima, nº 1560, Pinheiro	Juizado	10 MB
9	Promotoria de Justiça da Capital (32ª)	3ª	Fórum Regional do Benedito Bentes, Loteamento Frei Damião, s/n, Praça Padre Cícero, Benedito Bentes I	Juizado	20 MB
10	Promotoria de Justiça da Capital (35ª)	3ª	Rua Durval Guimarães, nº 401, Ponta Verde	Juizado	20 MB
11	Promotoria de Justiça da Capital (37ª)	3ª	Rua Saldanha da Gama, nº 375, Farol	Juizado	10 MB
12	Promotoria de Justiça da Capital (38ª)	3ª	Praça Sinimbú, nº 119, Centro	Juizado	20 MB
13	Promotoria de Justiça da Capital (39ª)	3ª	Rua Major Cícero de Goes Monteiro, nº 2107, Mutange	Juizado	20 MB
14	Promotoria de Justiça da Capital	3ª	Av. Gustavo Paiva, nº 3439,	Juizado	20 MB



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	(41ª)		Mangabeiras		
15	Promotoria de Justiça da Capital (43ª)	3ª	Rua Íris Alagoense, nº 103, Farol	Juizado	20 MB
16	Promotoria de Justiça da Capital (45ª)	3ª	Rua Barão de Jaraguá, nº 543, Jaraguá	Juizado	10 MB
17	Promotoria de Justiça da Capital (46ª)	3ª	Terminal Rodoviário Papa João Paulo II, 1º Piso, Feitosa	Juizado	10 MB
18	Promotoria de Justiça da Capital (40ª)	3ª	Av. Menino Marcelo, nº 99, Cidade Universitária	Juizado	20 MB
19	Promotoria de Justiça de Água Branca	1ª	Rua Barão de Água Branca, s/n, Centro	Fórum	10 MB
20	Promotoria de Justiça de Anadia	1ª	Av. Hermes da Fonseca Mata, s/n, Centro	Fórum	10 MB
21	Promotoria de Justiça de Arapiraca	3ª	Rua Samaritana, nº 1025, Santa Edwiges	MP	40 MB
22	Promotoria de Justiça de Atalaia	2ª	Av Floriano Peixoto, 1º andar, nº 280-A	Fórum	20 MB
23	Promotoria de Justiça de Batalha	1ª	Avenida Rotary, nº 205, São José	Fórum	10 MB
24	Promotoria de Justiça de Boca da Mata	1ª	Rua Antonio de Barros Lins, nº 256, Praça Padre Cícero	MP	10 MB
25	Promotoria de Justiça de Cacimbinhas	1ª	Rua Sargento Benevides do Monte, nº 06, Centro	Fórum	10 MB
26	Promotoria de Justiça de Cajueiro	1ª	Av. Antonio Carlos de Moraes, s/n, Centro	Fórum	10 MB
27	Promotoria de Justiça de Campo Alegre	1ª	Av. Governador Divaldo Suruagy, nº 284, Centro	Fórum	10 MB
28	Promotoria de Justiça de Canapi	T	Trav. Eupídio Lou, nº 99, Centro	Fórum	10 MB
29	Promotoria de Justiça de Capela	2ª	Rodovia AL 210, s/n, Vila Cluvac	Fórum	10 MB
30	Promotoria de Justiça de Colônia Leopoldina	1ª	Fazenda Renascer, KM 09 - AL 110	Fórum	10 MB
31	Promotoria de Justiça de Coruripe	2ª	Av. Com. Tércio Wanderley, s/n, Rod. AL 101 Sul	MP	20 MB
32	Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia	2ª	Rua José Oliveira Rocha, s/n, Bairro Novo	MP	30 MB
33	Promotoria de Justiça de Feira Grande	1ª	Rua Virgília Ribeiro Gonçalves, nº 437, Centro	Fórum	10 MB
34	Promotoria de Justiça de	T	Rua Jaime Viana Cavalcante, s/n	MP	10 MB



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

	Flexeiras				
35	Promotoria de Justiça de Girau do Ponciano	1ª	Rua Serventário Givaldo Matias Silva, nº 47, Progresso	Fórum	10 MB
36	Promotoria de Justiça de Igaci	1ª	Rua Juca Tenório, nº 74, Centro	Fórum	10 MB
37	Promotoria de Justiça de Igreja Nova	1ª	Av. 16 de maio, s/n, Centro	Fórum	10 MB
38	Promotoria de Justiça de Joaquim Gomes	1ª	Praça Laurentino Gomes de Barros, nº 55, Centro	Fórum	10 MB
39	Promotoria de Justiça de Junqueiro	1ª	Rua Frei Pascácio, s/n, Centro	Fórum	10 MB
40	Promotoria de Justiça de Limoeiro de Anadia	1ª	Rua Manoel Francisco, s/n, Centro	MP	10 MB
41	Promotoria de Justiça de Major Izidoro	1ª	Rua 31 de março, s/n, Centro	Fórum	10 MB
42	Promotoria de Justiça de Maragogi	1ª	Rodovia AL 101 Norte, s/n, Patum	MP	20 MB
43	Promotoria de Justiça de Maravilha	1ª	Rua Manoel Martins Lemos, nº 99, Centro	Fórum	10 MB
44	Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro	1ª	AL-215, Barro Vermelho	MP	20 MB
45	Promotoria de Justiça de Maribondo	1ª	Rua Isaura Bastos de Araújo, nº 40, Centro	Fórum	10 MB
46	Promotoria de Justiça de Mata Grande	1ª	Travessa Itaci Brandão Barbosa, s/n, Centro	Fórum	10 MB
47	Promotoria de Justiça de Matriz de Camaragibe	1ª	Rua Santa Rita, nº 175, Centro	MP	10 MB
48	Promotoria de Justiça de Messias	1ª	Rua Floriano Peixoto, nº 73, Centro	Fórum	10 MB
49	Promotoria de Justiça de Murici	1ª	Conjunto Antenor Marinho de Melo 2, quadra 19, s/n	Fórum	10 MB
50	Promotoria de Justiça de Novo Lino	T	Rua do Comércio, nº 611, Centro	Fórum	10 MB
51	Promotoria de Justiça de Olho d'Água das Flores	1ª	AL 220, nº 44, Centro	Fórum	10 MB
52	Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios	2ª	Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 27, Centro	MP	30 MB
53	Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar	2ª	Alameda da Esperança, s/n, Farol	MP	10 MB



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

54	Promotoria de Justiça de Paripueira	1ª	Rua Projetada A 14, nº 64, Centro	Fórum	10 MB
55	Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe	1ª	Praça Pe Cícero Romão Batista, nº 13, Centro	Fórum	10 MB
56	Promotoria de Justiça de Paulo Jacinto	T	Rua João Cassiano Costa, s/n	Fórum	10 MB
57	Promotoria de Justiça de Penedo	3ª	Av. Cândido Toledo, nº 321, Santa Luzia	MP	30 MB
58	Promotoria de Justiça de Piaçabuçu	1ª	Av. Coronel Teodomiro, Bairro Paciência (Novo Fórum)	Fórum	10 MB
59	Promotoria de Justiça de Pilar	2ª	Av. Antonio Aniceto dos Santos, s/n, Centro	Fórum	10 MB
60	Promotoria de Justiça de Piranhas	1ª	Rua Campo Grande, nº 32, Xingó	MP	20 MB
61	Promotoria de Justiça de Porto Calvo	2ª	Rua Professor Guedes de Miranda, nº 01, Centro	MP	20 MB
62	Promotoria de Justiça de Porto de Pedras	T	Rua João Pessoa, s/n	Fórum	10 MB
63	Promotoria de Justiça de Porto Real do Colégio	1ª	Rua Cap. Vieira, nº 25, Centro	Fórum	10 MB
64	Promotoria de Justiça de Quebrangulo	1ª	Avenida 15 de Novembro, 203, Centro	Fórum	10 MB
65	Promotoria de Justiça de Rio Largo	2ª	Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, nº 520, Prefeito Antônio Lins	MP	40 MB
66	Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema	2ª	Av. Nossa Senhora de Fátima, nº 234, Monumento	MP	30 MB
67	Promotoria de Justiça de São Brás	T	Rua 13 de Maio, s/n, Centro	Fórum	10 MB
68	Promotoria de Justiça de São José da Lage	2ª	Praça Osman Costa Pino, s/n, Centro	Fórum	10 MB
69	Promotoria de Justiça de São José da Tapera	1ª	Rua 13 de Maio, s/n, Centro	Fórum	10 MB
70	Promotoria de Justiça de São Luiz do Quitunde	2ª	Praça Ernesto Gomes Maranhão, s/n, Centro	Fórum	10 MB
71	Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos	2ª	Avenida Pedro Fernandes da Costa, s/n, Paraíso	MP	30 MB
72	Promotoria de Justiça de São	1ª	Praça Norberto Lessa, nº 16, Centro	Fórum	10 MB



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

	Sebastião				
73	Promotoria de Justiça de Satuba (Município de Sta Luzia do Norte)	1ª	Rua Imaculada Conceição, s/n, Centro, Sta Luzia do Norte	Fórum	10 MB
74	Promotoria de Justiça de Taquarana	1ª	Avenida Antonio José dos Santos, 83, Lote Único, Pai João	Fórum	10 MB
75	Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela	1ª	Rua Teófilo Pereira, nº 555, Centro	Fórum	10 MB
76	Promotoria de Justiça de Traipu	1ª	Rua Ismar de Goes Monteiro, s/n, Centro	MP	10 MB
77	Promotoria de Justiça de União dos Palmares	2ª	Rua Dr. Paulo Sarmento, s/n, Cohab	MP	30 MB
78	Promotoria de Justiça de Viçosa	2ª	Praça Padre Cícero s/n, Centro	Fórum	20 MB
79	Promotorias de Justiça da Capital (11ª, 12ª, 13ª e 36ª)	3ª	Rua Hélio Pradines, nº 600, Ponta Verde	Juizado	30 MB
80	Promotorias de Justiça da Capital (27ª, 29ª, 30ª, 31ª, 34ª, 50ª, 63ª e 64ª)	3ª	Fórum Des. Jairon Maia Fernandes, Av. Juca Sampaio, nº 206, sala 111, Barro Duro	Fórum	20 MB
81	Promotorias de Justiça da Capital (33ª, 42ª e 51ª)	3ª	Forum Universitário Prof. José Cavalcanti Manso - Campus Universitário A. C. Simões - UFAL - BR 104 - KM 97,6 s/n, Cidade Universitária	Juizado	30 MB
82	Promotorias de Justiça da Capital (6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 43ª, 44ª, 47ª, 48ª, 49ª, 50ª, 52ª, 53ª, 54ª, 55ª, 56ª, 57ª, 58ª, 59ª, 60ª, 61ª, 62ª, 65ª, 66ª, 67ª e 68ª)	3ª	Av. Juca Sampaio, nº 540, Barro Duro	MP	100 MB

T Promotorias Termos

G Grupo

S Sede

P Programas

C Centro de Apoio



Seção de Licitações

FL. nº _____
MPEAL/PGJ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Ord	Ponto A	Ponto B	Link
1	Procuradoria Geral de Justiça (Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço)	Promotorias de Justiça da Capital (Av. Juca Sampaio, nº 540, Barro Duro)	1 Gbps
2	Procuradoria Geral de Justiça (Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço)	CAOP (Av Fernandes Lima, nº 1018, Farol)	100 Mbps
3	Procuradoria Geral de Justiça (Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço)	Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (Praça Marechal Deodoro, nº 319, Centro)	100 Mbps
4	Procuradoria Geral de Justiça (Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço)	Av. Dom Antônio Brandão, nº 203, Empresarial 203 Offices, 5º andar, Farol	100 Mbps



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

**ANEXO II
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/PGJ/2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, CNPJ nº 12.472.734/0001-54, com sede na Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, na cidade de Maceió-AL, CEP 57025-400, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, (nome do representante), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), Identidade nº, expedida pela, CPF nº..... e domiciliado(a)(domicílio do representante), considerando o resultado da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº/PGJ/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Alagoas de/...../2020, Processo Administrativo nº/....., RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital, obedecidas as normas constantes na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Ato Normativo PGJ nº 06, de 29 de agosto de 2005, no Ato Normativo PGJ nº 11, de 07 de dezembro de 2005, no Ato PGJ nº 01, de 8 de janeiro de 2016, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, o Decreto Estadual nº 68.118, de 31 de outubro de 2019, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de links de acesso, compostos por link dedicado de acesso à internet e links ponto a ponto de interligação para conexão da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas (Sede) com os prédios das promotorias de justiça da Capital (Barro Duro), Centro de Apoio Operacional - CAOP (Farol), Empresarial 203 Offices (Farol) e o do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (Centro), pelo período de 12 (doze) meses.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

2.1 O preço registrado, as especificações técnicas do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Quant	Valor Unit	Valor Mensal	Valor Anual
1	Link de internet Full Duplex 10 MB	50			



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

2	Link de internet Full Duplex 20 MB	15			
3	Link de internet Full Duplex 30 MB	9			
4	Link de internet Full Duplex 40 MB	4			
5	Link de internet Full Duplex 100 MB	3			
6	Link de internet Full Duplex 500 MB	1			
7	Ponto a ponto PGJ para PJ Capital (1 Gbps)	1			
8	Ponto a ponto PGJ para CAOP (100 Mbps)	1			
9	Ponto a ponto PGJ para o TJAL (100 Mbps)	1			
10	Ponto a ponto PGJ para o Offices 203 (100 Mbps)	1			
Total Anual					

3. DA ADESÃO À ATA

3.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal, estadual ou municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

3.2 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o MPEAL para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

3.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o MPEAL.

3.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o MPEAL.

3.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o MPEAL, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

3.6 Após a autorização do MPEAL, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.7 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze meses), contados a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações das partes, pagamento, sanções e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus Anexos, que são partes integrantes dessa Ata.

5.2 Esta Ata foi lavrada em ___ vias e assinada pelas partes.

Fica estabelecido o Foro da cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, por ser o foro legal, como competente para dirimir demanda que verse sobre interpretação do presente Contrato.

Maceió-AL, de de

Pelo Representante Legal do **Ministério
Público do Estado de Alagoas:**

Pelo(s) Representante(s) legal(is) da(s)
Empresa(s) Registrada(s):



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

**ANEXO III
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS E
O(A) (LICITANTE VENCEDORA CONTRATADA), PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LINKS DE ACESSO.**

CONTRATANTE: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**, CNPJ nº 12.472.734/0001-54, com sede na Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, na cidade de Maceió-AL, CEP 57025-400, doravante denominado **CONTRATANTE**, representada pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, (nome do representante), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), Identidade nº, expedida pela, CPF nº..... e domiciliado(a)(domicílio do representante).

CONTRATADO(A): **(nome em negrito e caixa alta)**, CNPJ nº....., com sede (endereço completo), (fone), **(fac-símile)**, **(e-mail)**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, representado(a) por seu(sua) (cargo do representante), (nome do representante), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), Identidade nº, expedida pela, CPF nº..... e domiciliado(a)(domicílio do representante).

Resolvem, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Ato Normativo PGJ nº 06, de 29 de agosto de 2005, do Ato Normativo PGJ nº 11, de 07 de dezembro de 2005, do Ato PGJ nº 01, de 8 de janeiro de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, consoante as condições estabelecidas no Edital do Pregão nº ___/PGJ/___ e seus Anexos, celebrar este Contrato, mediante os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SUA ESPECIFICAÇÃO

Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de links de acesso, compostos por link dedicado de acesso à internet e links ponto a ponto de interligação para conexão da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas (Sede) com os prédios das promotorias de justiça da Capital (Barro Duro), Centro de Apoio Operacional - CAOP (Farol), Empresarial 203 Offices (Farol) e o do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (Centro), conforme especificações técnicas, quantidades, valores unitários e totais constantes do Edital do Pregão nº ___/PGJ/___ e respectivos anexos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

1.1. Contratação de LINK DE ACESSO À INTERNET full duplex para o Ministério Público do Estado de Alagoas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme tabela abaixo:

Link	Quant
10 MB	50
20 MB	15
30 MB	9
40 MB	4
100 MB	3
500 MB	1
Total	82

1.1.1. Link acesso deverá ser dedicado a Internet para cada unidade;

1.1.2. A relação dos endereços das unidades do MPEAL constam no ANEXO I;

1.1.3. Acesso dedicado a Internet se dará por meio de porta de comunicação, com todos os recursos de hardware e software de seguranças necessários, a serem instalados nos endereços constantes no ANEXO I;

1.1.4. Os links e as portas de acesso ao centro de roteamento da CONTRATADA deverão ser exclusivos, dedicados e banda garantida simétrica, não podendo haver compartilhamento com outros clientes/usuários.

1.1.5. Qualquer equipamento ou material necessário à implantação da solução, como roteadores, cabos e outros devem ser disponibilizados pela CONTRATADA para uso do MPEAL durante a vigência do contrato.

1.1.6. Deverá apresentar projeto técnico detalhado da solução proposta, detalhando o acesso do cliente até o backbone e como este está estruturado, apresentando documento que comprove sua conectividade com backbones internacionais e os itens que comprovem o atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos neste termo de referência.

1.1.7. Deverá oferecer latência máxima não superior à 50ms, considerando a transmissão de um pacote de dados de 64 bytes, entre ponto de interconexão do serviço de acesso à internet à rede local do MPEAL e o nó de acesso à rede (backbone) da licitante.

1.1.8. Deverá oferecer na ocasião da ativação do serviço de acesso à internet, a quantidade mínima de 14 (quatorze) endereços IP's (Internet Protocol) fixos válidos para o prédio sede da Procuradoria



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

Geral de Justiça, conforme a RFC1466, associados à mesma classe de endereçamento (Classe C) e de uso exclusivo do MPEAL.

1.1.9. Deverá garantir média mensal de perda de pacotes não superior a 2%.

1.1.10. Deverá garantir disponibilidade mínima mensal do serviço de 98,0%. Esta disponibilidade indicará o percentual de tempo em que os serviços permanecerem em condições normais de funcionamento durante um período de um mês de operação.

1.1.11. Deverá garantir, durante o período de vigência do contrato, que os serviços de operação e manutenção corretiva do serviço, e os custos envolvidos para tal, decorrentes de seu dolo/culpa e aqueles para os quais o MPEAL também não tenha concorrido ou dado causa, serão de responsabilidade do licitante.

1.1.12. Deverá fornecer, durante o período de vigência do contrato, serviço de gerência pró-ativa, com registro de ocorrências e acionamento automático das equipes de manutenção, com comunicação imediata aos responsáveis indicados pelo MPEAL.

1.1.13. Deverá disponibilizar relatório gerencial, com visualização em ambiente WEB, com informações de desempenho e utilização do serviço de acesso à internet.

1.1.14. A CONTRATADA deverá permitir a monitoração on-line pelo MPEAL de todos os acessos da rede, através do protocolo SNMP, liberando, tão logo cada acesso seja ativado, uma permissão para acesso pelo MPEAL através da criação de uma "snmp community" do tipo "read only" (apenas leitura).

1.1.15. O roteador que será fornecido para o link de internet deverá satisfazer às seguintes condições:

1.1.16. Deve ser disponibilizado sobre a forma de comodato para uso pelo MPEAL durante o prazo de vigência do contrato.

1.1.17. Deve possuir pelo menos duas interfaces Gigabit Ethernet (10/100/1000) para conexão com a rede interna do MPEAL.

1.1.18. Os níveis de utilização de CPU e de memória sejam de, no máximo, 70% (setenta por cento) das suas capacidades. Caso a utilização média ultrapasse os valores indicados, a CONTRATADA deverá atualizar o equipamento por um de capacidade superior.

1.1.19. Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados obedecendo o seguinte Acordo de Nível de Serviço:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	Descrição	SLA	
		Condição de Execução	Margem Aceitável
1	Disponibilidade mensal dos serviços	24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana	≥ 99,7%
2	Reparo e manutenção dos circuitos e equipamentos instalados	Tempo de Solução (TS), contado a partir da abertura do chamado técnico.	TS ≤ 4h
3	Paradas programadas para manutenção preventiva e adaptações na rede do MPEAL	Comunicação prévia de cada parada	≥ 7 dias
		Número anual de horas de paralisações nas paradas programadas por circuito	≤ 24h
4	Perda de pacotes	Perda média mensal de pacotes por <i>link</i> de dados	≤ 2%*/dia
5	Pacotes com erro	Pacotes com erro por <i>link</i> de dados	≤ 1%**/dia

* (pacotes perdidos/pacotes trafegados) x 100

** (pacotes com erro/pacotes trafegados) x 100

1.1.20. O percentual de disponibilidade mensal para cada um dos links é obtido com base na seguinte fórmula:

$$D = \left[\frac{(N * 720) - Ti}{N * 720} \right] * 100$$

D= Percentual de disponibilidade;

N= Número de dias do mês;

Ti= Somatório dos minutos de interrupção observados para o serviço durante o período mensal de apuração.

1.1.21. Caso não sejam atingidas as metas previstas no SLA, descrito acima, incidirão descontos sobre o valor mensal contratado para o link, conforme o disposto na tabela abaixo:

Item	Descrição	Faixa	Desconto
1	Disponibilidade mensal do canal de comunicação	≥ 95% e < 99,72%	10%
		≥ 90% e < 95%	20%
		≥ 85% e < 90%	50%
		≥ 80 % e < 85%	100%
2	Reparo e manutenção dos	4h < TS ≤ 6 h	5,00%



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

	circuitos e equipamentos instalados	6h < TS ≤ 8h	10,00%
		8h < TS ≤ 10h	15,00%
		10h < TS ≤ 12h	20,00%
3	Paradas programadas para manutenção preventiva e adaptações na rede do MPEAL	Comunicação prévia de cada parada	≥ 4 dias e < 7 dias
			< 4 dias
		Número anual de horas de paralisações nas paradas programadas	> 24h e ≤ 36h
			> 36h e ≤ 48h
4	Perda de pacotes	> 2% por até 3 dias	10%
		> 2% entre 4 e 8 dias	15,00%
		> 2% entre 9 e 12 dias	20,00%
5	Pacotes com erro no mês	> 1% por até 3 dias	10%
		> 1% entre 4 e 8 dias	15,00%
		> 1% entre 9 e 12 dias	20,00%

1.1.22. Para cada canal de comunicação cuja disponibilidade mensal esteja situada a partir de 95% e abaixo de 98,00%, o desconto será aplicado com base na seguinte fórmula:

$$Dc = \frac{(Cm * Ti)}{(N * 720)}$$

Dc = Valor do desconto

Cm = Custo mensal do serviço

Ti = Somatório dos minutos de interrupção observados para o serviço durante o período mensal de apuração;

N = Número de dias do mês.

1.1.23. Para cada canal de comunicação deverá ser calculado o valor a ser descontado do faturamento para até 3 dias no mês, em que a taxa de perda de pacotes ou de erros seja superior a 2% e 1%, respectivamente, com base na seguinte fórmula:

$$Dc = \frac{(Cm * Td)}{30}$$

Dc = Valor do desconto;

Cm = Custo mensal do canal de comunicação;

Td = Somatório de dias, dentro do período de faturamento, em que a taxa de perda de pacotes ou de erros calculada esteve acima da taxa máxima admitida.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

1.1.24. Os descontos descritos no item 8.4 deste Termo de Referência somente serão considerados para as correlações que, dentro do período de observação (8h às 18h), apresentarem taxa de utilização de banda inferior a 70%.

1.2. SERVIÇO PONTO A PONTO

1.2.1. Link de Transmissão de Dados ponto a ponto com garantia de banda full duplex e transparência a protocolos, com interface Ethernet, no período de 12 (doze) meses.

1.2.2. A tecnologia utilizada para tráfego de dados deverá ser implementada utilizando-se fibra óptica, ao longo de todo o circuito, fornecendo bandas mínimas de 100 Mbps e 1 Gbps com infraestrutura redundante tipo anel óptico;

1.2.3. O anel óptico redundante deve ser implementado de maneira tal que garanta total continuidade do serviço na indisponibilidade de uma das fibras ópticas (Ex.: Queda de poste, vandalismo, etc.);

1.2.4. O ponto de acesso ao link deve ser disponibilizado nos data centers, localizados no interior do prédio, das respectivas unidades;

1.2.5. O serviço deverá entregar, em cada sala do data Center, tanto na sede quanto na unidade remota, apenas um ponto com fibra ótica.

1.2.6. Deverá ser utilizado para conexão com o firewall;

1.2.7. Em caso de falha na fibra principal, o anel óptico redundante deverá assumir de imediato, sem perdas;

1.2.8. O link deverá ser dimensionado para garantir um tempo de latência máximo, no pior caso, de 20 milissegundos de uma extremidade a outra do link de dados.

Relação dos links Ponto a Ponto

Ponto A	Ponto B	Banda
Procuradoria Geral de Justiça (Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço)	Promotorias de Justiça da Capital (Av. Juca Sampaio, nº 540, Barro Duro)	1 Gbps
Procuradoria Geral de Justiça (Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço)	CAOP (Av Fernandes Lima, nº 1018, Farol)	100 Mbps



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Procuradoria Geral de Justiça (Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço)	Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (Praça Marechal Deodoro, nº 319, Centro)	100 Mbps
Procuradoria Geral de Justiça (Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço)	Av. Dom Antônio Brandão, nº 203, Empresarial 203 Offices, 5º andar, Farol	100 Mbps

1.3. GERENCIAMENTO PRÓ-ATIVO DA CONTRATADA

1.3.1. O sistema de gerenciamento pró-ativo deverá possuir:

1.3.1.1. Geração automática de alarmes em caso de falhas do(s) elemento(s) de rede gerenciado(s);

1.3.1.2. Geração automática de alarmes em caso de quedas de desempenho do(s) elemento(s) de rede gerenciados (perda de pacotes, latência, aumento/queda de tráfego);

1.3.1.3. Informações sobre a localização física de ativos de rede (roteadores, portas, acessos);

1.3.1.4. Informações detalhadas sobre a configuração atual de cada um dos roteadores;

1.3.1.5. Disponibilidade medida (real) de todos os elementos gerenciados da rede;

1.3.1.6. Visão gráfica da topologia da rede com os respectivos alarmes;

1.3.1.7. Abertura de trouble tickets via 0800 ou portal web;

1.3.1.8. Gráficos e relatórios de tendência;

1.3.1.9. Monitoração por classe de serviço;

1.3.1.10. Análise da situação atual da rede e sugestão de melhorias (capacity planning);

1.3.1.11. Canal de atendimento exclusivo, 24 x 7h, diferenciado e prioritário para clientes que possuam o serviço de gerência;

1.3.1.12. Disponibilizar comunidade RO via SNMP em todos os ativos e fornecer todas as OIDs pertinentes aos mesmos. Nome da comunidade SNMP deve ser MPEAL;

1.3.1.13. Quando da geração automática de alarmes em casos de indisponibilidade ou queda de desempenho, e-mail deverá ser enviado automaticamente a endereço eletrônico disponibilizado pela CONTRATANTE.

1.3.1.14. Em caso de uso excessivo de link, a CONTRATADA deve informar qual IP ou quais IPs, portas e camada de transporte são responsáveis pelo evento;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

1.3.1.15. Ativar suporte a Netflow ou semelhante em seus ativos para captura;

1.4. MONITORAMENTO DA REDE (pela Contratante)

1.4.1. Solução de monitoramento que permite:

1.4.1.1. Visualizar a composição do tráfego (por site/toda rede);

1.4.1.2. Verificar o volume de tráfego por IP (origem e destino);

1.4.2. A contratada disponibilizará e configurará um sistema de monitoramento de rede que será gerenciado pela Contratante, sem ação direta da contratada. Este sistema não abrirá chamados próativamente;

1.4.3. A contratada proverá o treinamento in loco para os responsáveis pela rede da Contratante, de acordo com a configuração da ferramenta, de forma que a Contratante possa gerenciar e emitir os relatórios que achar convenientes;

1.4.4. O sistema de monitoramento deve atender aos seguintes requisitos mínimos para o gerenciamento de tráfego:

1.4.4.1. Configuração de perfis de visualização independentes por usuário;

1.4.4.2. Suporte a alarmes baseados em medições correntes de tráfego ou de alterações de comportamento: os alarmes devem ser configurados utilizando-se de qualquer curva exibida nos gráficos do sistema;

1.4.4.3. Disponibilização das seguintes informações (on line e/ou on demand):

1.4.4.3.1. Exibir todos os gráficos e relatórios em ambiente web (via HTTPS), sendo necessário somente um navegador e o plugin Java;

1.4.4.4. Não é necessário estar instalado no ambiente da CONTRATANTE, contanto que isso não impeça de receber informações em tempo real.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

Este Contrato será executado pelo regime de empreitada por preço unitário, pelo critério de julgamento das propostas de menor preço por lote, sendo seu fornecimento de forma única, de acordo com as necessidades do CONTRATANTE.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se a este Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão nº ____/PGJ/____, com seus anexos, e os demais elementos constantes do Processo nº ____/____.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

I – da CONTRATANTE:

- a) Propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do MP/AL;
- b) Atestar a execução do presente ajuste por meio do Fiscal do Contrato;
- c) Efetuar pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato.

II – da CONTRATADA:

- a) Executar o serviço conforme especificações e demais condições contidas neste Contrato;
- b) Programar seus trabalhos de forma a não prejudicar o andamento normal das atividades no âmbito do MPEAL;
- c) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e da proposta;
- d) Responsabilizar-se pela qualidade dos itens ofertados e por sua troca, sem quaisquer ônus adicionais para o MPEAL, caso não se encontrem dentro das especificações estabelecidas neste instrumento;
- e) Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, bem como as necessárias para a completa execução dos mesmos, inclusive as de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, frete e deslocamentos;
- f) Responder pelos danos causados diretamente ao MPEAL, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento;
- g) Manter o endereço, número de telefone e endereço de e-mail permanentemente atualizados.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

h) Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de referência, das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.

i) Refazer, sem nenhum acréscimo ao valor contratado, os serviços não realizados a contento.

j) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o MP/AL;

k) O MP/AL não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização da execução do contrato a ser celebrado com a Contratada será exercida por representantes da Contratante, designados pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Primeiro. Caberá ao Gestor do Contrato:

a) Adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, tendo por parâmetro os resultados previstos neste contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser encaminhadas, de imediato, aos seus superiores para a adoção das medidas pertinentes, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e no contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão;

b) Receber, conferir e atestar as notas fiscais encaminhando-as à unidade competente para análise e posterior pagamento;

c) Solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;

d) Informar as Diretorias de Programação e Orçamento e a Financeira, até 10 de dezembro de cada ano, as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, visando à obtenção de reforço,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

cancelamento e/ou anulação de saldos de empenho à conta de restos a pagar;

e) Manter sob sua guarda, cópias do Contrato em vigor e do respectivo Termo de Referência;

f) Comunicar à Administração o descumprimento dos prazos e metas previamente estabelecidos, para efeito de glosa e aplicação de penalidade, se for o caso.

Parágrafo Segundo. Caberá ao Fiscal do Contrato:

a) Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o objeto desta contratação;

b) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

c) Responder questões relativas a prorrogação de contrato, que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes;

d) Responder questões relativas a comunicação para abertura de nova licitação, antes de findo do contrato;

e) Responder questões relativas ao pagamento de faturas;

f) Fiscalizar a manutenção, pela contratada, das condições de habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários a avaliação;

g) Comunicar à unidade técnica, formalmente, e em tempo hábil, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

h) Atentar para as alterações de interesse da Contratada que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução. Nas hipóteses alinhadas, cabe ao gestor juntar os pedidos no processo e informar o que for de sua alçada, encaminhando ao setor competente para análise e decisão;

i) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

j) Fiscalizar, com apoio da área técnica, o cumprimento, por parte da CONTRATADA, das exigências legais e de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade do contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

Parágrafo Segundo. A ação ou omissão da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO PARA ENTREGA E RECEBIMENTO

A CONTRATADA deverá respeitar o limite de instalação, no máximo, 12 (doze) dias corridos para circuitos na Capital e 45 (quarenta e cinco) dias corridos para circuitos no interior do Estado, contados da entrega da Ordem de Serviço (OS) ou documento equivalente para realizar a instalação dos serviços presentes neste Contrato.

Parágrafo Primeiro. Quando o prazo para entrega/início estiver especificado no próprio item este deve ser considerado.

Parágrafo Segundo. A entrega da OS e da Nota de Empenho (NE) poderá ser formalizada pessoalmente ou através de fax ou e-mail. Nos casos de remessa, será obrigatória a anotação dos seguintes dados pelo remetente: hora e data da transmissão, nome do representante do fornecedor que confirmou o recebimento da mensagem.

Parágrafo Terceiro. Caso ocorra fato superveniente que venha a provocar atraso na instalação, o fornecedor deverá comunicar formalmente ao MP/AL para análise de eventual elastecimento do prazo de instalação.

Parágrafo Quarto. Durante a vigência do contrato de prestação dos serviços poderá, eventualmente, haver mudança de endereços dos locais de instalação, assim como adição de novos locais. Nesses casos, a CONTRATADA poderá cobrar um valor para atendimento da demanda, caso haja viabilidade para o novo local, sendo que o valor máximo admitido não poderá ser superior aos custos de uma mensalidade de um enlace equivalente (com mesma velocidade de conexão) já implantado e com prazo de implantação não superior a 30 dias para a Capital e 45 dias para o interior, salvo em casos devidamente justificados em que a CONTRATANTE avaliará a necessidade de prorrogação por período a ser acordado entre as partes, após a solicitação formal, respeitando os valores e limites legais. Os acréscimos, que porventura venham a ocorrer, em razão de mudança de endereços já relacionados e da adição de novos endereços, decorrerão da celebração de termos aditivos, limitados à 25%, como estabelece o §1o, do Art. 65, da lei 8.666/93.

Parágrafo Quinto. A CONTRATADA deverá informar ao MPEAL sobre a impossibilidade de implantação de novos circuitos, não listados no Anexo I, em até 10 (dez) dias após o recebimento da comunicação formal.

Parágrafo Sexto. Não será cobrada a 1ª instalação, mesmo que o endereço seja divergente do constante na tabela de promotorias de justiça no ANEXO I, desde que seja localizado no mesmo município.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

Parágrafo Sétimo. O início da prestação dos serviços, contados a partir da assinatura do contrato, será gradativo da seguinte forma:

- a) Até 30 dias para 50% do total de circuitos contratados. Nos casos de Não cumprimento do percentual de entrega estabelecido, a CONTRATADA deverá informar quais os links que estão em atraso, para efeitos de ajustes no pagamento, e se for o caso, calculo de penalidades;
- b) Até 60 dias para 80% do total de circuitos contratados;
- c) Até 90 dias para 100% do total de circuitos contratados.

Parágrafo Oitavo. A contratada poderá solicitar dilatação dos prazos acima, desde que seja feito em até 15 dias antes do término do prazo estabelecido e mediante justificativa, decorrente dos seguintes motivos:

- a) Alteração do projeto ou especificações, pela administração;
- b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e de interesse da administração;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por lei;
- e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela administração em documento contemporâneo a sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providências a cargo da administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

Parágrafo Nono. Os circuitos deverão ser fornecidos EXCLUSIVAMENTE através de meios terrestres por fibra ótica durante todo o percurso;

Parágrafo Décimo. É vedada a utilização de acessos através de satélites ou rede móveis;

Parágrafo Décimo Primeiro. Excepcionalmente, serão admitidos enlaces via rádio, limitando-se a 30% do total dos circuitos:

- a) Fica vedado o uso de acessos dedicados via radiofrequência por espalhamento espectral



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

de frequência aberta (livre), haja vista a natureza dos dados transmitidos requererem padrões de segurança máximos, onde qualquer margem de insegurança é relevante. Os concentradores WIFI não devem ser compartilhados com outros clientes, ou seja, uso exclusivo do MPAL;

b) Fica permitido o uso de acesso dedicado via rádio frequência privada/licenciada, limitada até 30% de todos os links de dados e homologado pela Anatel.

Parágrafo Décimo Segundo. A Administração emitirá a Nota de Empenho - NE ou documento equivalente especificando o serviço pretendido e a quantidade, entregando-a ao contratado na forma prevista.

Parágrafo Décimo Terceiro. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 modificada pela lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido pelo Fiscal do Contrato ou seu substituto legal:

a) Provisoriamente, imediatamente após a ativação do circuito, para efeito de posterior testes e verificação da conformidade com as especificações;

b) Definitivamente, no prazo de até dez dias corridos, após a verificação da qualidade do circuito e consequente aceitação do MPEAL.

Parágrafo Décimo Quarto. O serviço fornecido em desacordo com o especificado no instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário será rejeitado parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a contratada a substituí-lo no prazo assinado pelo Fiscal, sob pena de ser aplicada penalidade.

a) Constatada a ocorrência prevista neste item, após a notificação por escrito à contratada, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até a regularização da pendência.

Parágrafo Décimo Quinto. Uma vez ativado, iniciar-se-á a etapa de verificação da conformidade das características do serviço com as descritas neste termo de referência, sendo posteriormente firmado atestado por escrito dessa conformidade.

Parágrafo Décimo Sexto. O serviço será inteiramente recusado pelo Ministério Público nas seguintes condições:

a) Caso tenha sido entregue com as especificações técnicas diferentes das contidas neste termo de referência, seus anexos ou da proposta;

b) Caso apresentem defeitos ou deformidades estruturais em qualquer de suas partes, durante os testes de conformidade e verificação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Parágrafo Décimo Sétimo. No caso de recusa do material, o licitante vencedor terá prazo de 15 (quinze) dias corridos para providenciar a sua substituição, contados da comunicação escrita feita pelo Fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A Contratante pagará à Contratada, pela execução deste Contrato, a importância de R\$ (.....), conforme tabela abaixo.

Item	Descrição	Quant	Valor Unit	Valor Mensal	Valor Anual
1	Link de internet Full Duplex 10 MB	50			
2	Link de internet Full Duplex 20 MB	15			
3	Link de internet Full Duplex 30 MB	9			
4	Link de internet Full Duplex 40 MB	4			
5	Link de internet Full Duplex 100 MB	3			
6	Link de internet Full Duplex 500 MB	1			
7	Ponto a ponto PGJ para PJ Capital (1 Gbps)	1			
8	Ponto a ponto PGJ para CAOP (100 Mbps)	1			
9	Ponto a ponto PGJ para o TJAL (100 Mbps)	1			
10	Ponto a ponto PGJ para o Offices 203 (100 Mbps)	1			
Total Anual					

Parágrafo Primeiro. Mensalmente após o recebimento definitivo do objeto, o órgão recebedor adotará as providências para pagamento, em moeda corrente nacional, o qual deverá ser efetuado em até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, contados da ativação do circuito mediante a apresentação da seguinte documentação:

a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, emitida no último dia do mês corrente, em via única, devidamente atestada pelo FISCAL DO CONTRATO, constando o período do 1º dia ao último do mês corrente;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida pela Receita Federal do Brasil;

c) CND – Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência Social emitida pela Receita Federal do Brasil;

d) CRF – Certificado de Regularidade de FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal.

Parágrafo Segundo. A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida nas demais alíneas do item 10.1.1, implicará a sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação;

Parágrafo Terceiro. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração do Ministério Público de Alagoas, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, será aquela resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM=I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I=TX \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Parágrafo Quarto. Poderá ser deduzida do valor da Nota Fiscal de Serviços/Fatura, multa imposta pelo MP/AL, se for o caso;

Parágrafo Quinto. O aceite/aprovação do produto pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do material/serviço ou disparidades com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

Parágrafo Sexto. Considera-se para efeito de pagamento o dia em que o Banco efetivar o crédito na conta corrente do Fornecedor.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas desta Ata de Registro de Preços poderão correr à conta dos recursos consignados no orçamento do Ministério Público Estadual para o exercício corrente e o aprovado em exercício subsequente.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O prazo contratual será de 12 (doze) meses consecutivos a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

As tarifas poderão ser reajustadas, mediante requerimento da Contratada, com base no índice de Serviços de Telecomunicações (IST) ou outro que vier a substituí-lo, observado o intervalo não inferior a 12 (doze) meses entre as datas-base dos reajustes concedidos pela ANATEL, de acordo com a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro. O reajuste de que trata este item deve ser pleiteado previamente à prorrogação do contrato, sob pena de preclusão lógica de tal direito, conforme Acórdão nº 1828/2008 – Plenário do TCU.

Parágrafo Segundo. Eventuais reduções das tarifas determinadas pela ANATEL serão repassadas ao contrato, a partir da mesma data-base, por meio de revisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Ministério Público Estadual poderá, garantida a prévia defesa do contratado no prazo legal, aplicar as seguintes sanções, conforme regulamentado pelo Ato PGJ nº 01, de 8 de janeiro de 2016:

a) ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

b) MULTA;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

c) **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Ministério Público Estadual, por prazo de até 02 (dois) anos;

d) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração do Ministério Público Estadual pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

Parágrafo Primeiro. As sanções previstas nas alíneas “a”, “b”, e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas com a da alínea “c”, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, na forma do § 1º do art. 86 e do § 2º do art. 87, ambos da Lei de Licitações.

Parágrafo Segundo. O Contratante aplicará as demais penalidades previstas nas Leis nos. 10.520/02 e 8.666/93 e no Decreto nº. 5.450/2005, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

Parágrafo Terceiro. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido administrativamente com fundamento no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993, hipótese em que a Contratada reconhece os direitos da Contratante, conforme determina o art. 55, IX, do mesmo diploma legal.

Parágrafo Primeiro. Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido, com fundamento no art. 79 da Lei nº 8.666, de 1993:

I – unilateralmente pela Contratante, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, I a XII e XVII, da Lei nº 8.666, de 1993;

II – por acordo entre as partes; e

III – judicialmente, nos termos da legislação.

Parágrafo Segundo. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

Parágrafo Terceiro. A rescisão unilateral acarretará as consequências previstas no art. 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Quarto. A rescisão decorrente da inexecução total ou parcial do contrato acarretará à Contratada, além da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, as disposições previstas nos artigos 58 e 80 da Lei nº 8.666/93, bem como indenização por perdas e danos que a Contratante vier a sofrer.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Alagoas, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

A execução deste Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica estabelecido o Foro da cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, por ser o foro legal, como competente para dirimir demanda que verse sobre interpretação do presente Contrato.

Maceió-AL, de de

Pela **CONTRATANTE:**

Pela **CONTRATADA:**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

**ANEXO IV
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Futuro e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de links de acesso, compostos por link dedicado de acesso à internet e links ponto a ponto de interligação para conexão da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas (Sede) com os prédios das promotorias de justiça da Capital (Barro Duro), Centro de Apoio Operacional – CAOP (Farol), Empresarial 203 Offices (Farol) e o do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (Centro), pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº __/2020.

Item	Descrição	Quant	Valor Unit	Valor Mensal	Valor Anual
1	Link de internet Full Duplex 10 MB	50			
2	Link de internet Full Duplex 20 MB	15			
3	Link de internet Full Duplex 30 MB	9			
4	Link de internet Full Duplex 40 MB	4			
5	Link de internet Full Duplex 100 MB	3			
6	Link de internet Full Duplex 500 MB	1			
7	Ponto a ponto PGJ para PJ Capital (1 Gbps)	1			
8	Ponto a ponto PGJ para CAOP (100 Mbps)	1			
9	Ponto a ponto PGJ para o TJAL (100 Mbps)	1			
10	Ponto a ponto PGJ para o Offices 203 (100 Mbps)	1			
Total Anual					

Valor total global: R\$ X.XXX,XX (XXXXXXXXXXXX)

VALIDADE DA PROPOSTA
(não inferior a 60 (sessenta dias): _____

PRAZO DE ENTREGA: _____

DADOS DA PROPONENTE:



Seção de Licitações

FL. nº _____
MPEAL/PGJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONES: _____

E-MAIL: _____

DADOS DO REPRESENTANTE RESPONSÁVEL PELO FUTURO CONTRATO:

NOME: _____

E-MAIL: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

IDENTIDADE: _____

CPF: _____

DOMICÍLIO: _____

Nos preços cotados já estão incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para a perfeita execução do objeto desta licitação, tais como impostos, tributos, fretes e demais despesas inerentes.

_____, ____ de _____ de 2020.
(local) (dia) (mês)

Carimbo e assinatura do representante legal



Seção de Licitações

FL. nº _____
MPEAL/PGJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

**ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

(Nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada na _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ infra-assinado, _____ (informar o cargo) _____, Identidade nº _____, expedida pela(o) _____, e CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação para o procedimento licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 2020.
(local) (dia) (mês)

Carimbo e assinatura do representante legal



Seção de Licitações

FL. nº _____
MPEAL/PGJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**



Seção de Licitações

FL. nº _____
MPEAL/PGJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 27, V, DA
LEI Nº 8.666, DE 1993**

(Nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) _____, Identidade nº _____, expedida pela(o) _____, e CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no art. 27, V, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, de _____ de 2020.
(local) (dia) (mês)

Carimbo e assinatura do representante legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



Seção de Licitações

FL. nº _____
MPEAL/PGJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

**ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 37/2009 DO
CNMP**

(Nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada na _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ infra-assinado, _____ (informar o cargo) _____, Identidade nº _____, expedida pela(o) _____, e CPF nº _____, DECLARA, em atenção às disposições proibitivas insertas na Resolução nº 37 do Conselho Nacional do Ministério Público, de 28 de abril de 2009, em especial ao artigo 3º, que, entre seus sócios, gerentes ou diretores, não há cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou de servidor (este quando ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento) do Ministério Público do Estado de Alagoas.

_____, de _____ de 2020.
(local) (dia) (mês)

Carimbo e assinatura do representante legal



Seção de Licitações

FL. n° _____
MPEAL/PGJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

**ANEXO VIII
MODELO DE TERMO DE OPÇÃO/DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Nome da empresa) _____, CNPJ n° _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) _____, Identidade n° _____, expedida pela(o) _____, e CPF n° _____, OPTA pelo tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar n° 123, de 15 de dezembro de 2006, nos termos do art. 3° e seus parágrafos, estando apta a usufruir o tratamento ali previsto e DECLARA ser: Microempresa () Empresa de Pequeno Porte ().

_____, de _____ de 2020.
(local) (dia) (mês)

Carimbo e assinatura do representante legal



Seção de Licitações

FL. nº _____
MPEAL/PGJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

**ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

(Nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) _____, Identidade nº _____, expedida pela(o) _____, e CPF nº _____, vistoriou os endereços onde serão executados os serviços, efetuando todas as verificações necessárias, inteirando-se das condições e do grau de dificuldade dos trabalhos, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento das dificuldades e dos problemas associados ao mesmo.

_____, de _____ de 2020.
(local) (dia) (mês)

Carimbo e assinatura do representante legal



Seção de Licitações

FL. nº _____
MPEAL/PGJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

**ANEXO X
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES**

(Nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) _____, Identidade nº _____, expedida pela(o) _____, e CPF nº _____, DECLARA que temo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por esse fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

_____, de _____ de 2020.
(local) (dia) (mês)

Carimbo e assinatura do representante legal



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO XI
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O custo total máximo estimado para a contratação do objeto deste procedimento licitatório é o que segue:

Item	Custo Unitário Médio	Quantidade	Custo Total Mensal (R\$)	Custo Total Anual (R\$)
01	R\$ 800,00	50	R\$ 40.000,00	R\$ 480.000,00
02	R\$ 1.394,50	15	R\$ 20.917,50	R\$ 251.010,00
03	R\$ 1.735,00	9	R\$ 15.615,00	R\$ 187.380,00
04	R\$ 1.600,00	4	R\$ 6.400,00	R\$ 76.800,00
05	R\$ 2.500,00	3	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
06	R\$ 7.900,00	1	R\$ 7.900,00	R\$ 94.800,00
07	R\$ 8.500,00	1	R\$ 8.500,00	R\$ 102.000,00
08	R\$ 2.080,00	1	R\$ 2.080,00	R\$ 24.960,00
09	R\$ 2.080,00	1	R\$ 2.080,00	R\$ 24.960,00
10	R\$ 2.080,00	1	R\$ 2.080,00	R\$ 24.960,00
Valor Total Mensal			R\$ 113.072,50	
Valor Global (12 meses)			R\$ 1.356.870,00	